

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL ÁREA DO
CONHECIMENTO DE HUMANIDADES CURSO DE SERVIÇO
SOCIAL**

JÓICE CATRIANE BRITO

**A NOVA MORFOLOGIA DO TRABALHO E O TRABALHO
DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS**

**CAXIAS DO SUL
2020**

JÓICE CATRIANE BRITO

**A NOVA MORFOLOGIA DO TRABALHO E O TRABALHO DOS/AS
ASSISTENTES SOCIAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Serviço Social da Universidade de
Caxias do Sul como pré-requisito para a
obtenção do título de bacharela em Serviço
Social.

Orientadora: Profa. Ms. Laís Duarte Corrêa

**CAXIAS DO SUL
2020**

ATA DE ARGUIÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos vinte e dois dias do mês dezembro de dois mil e vinte, na sala virtual: <https://meet.google.com/mjg-rwbe-izu> reuniu-se a Comissão Examinadora, indicada pelo Núcleo Estruturante do Curso de Serviço Social desta Universidade, integrada pelos seguintes membros: Ms. Laís Duarte Corrêa, Profa. Ms. Elizabete Bertele e Profa. Ms. Rosane Inês Fontana Lorenzini para realizar a arguição do Trabalho de Conclusão de Curso da aluna Joice Catriane Brito, intitulado “A nova morfologia do trabalho e o trabalho dos/as Assistentes Sociais”, tendo por palavras-chave, “Modo de produção capitalista; Nova morfologia do trabalho; Trabalho do/as Assistentes Sociais; Assistentes Sociais”, contabilizando um total sessenta e quatro páginas. Este trabalho foi orientado pela Ms. Laís Duarte Corrêa, tendo sido previamente entregue à Comissão Examinadora e avaliado de acordo com os critérios de avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso estabelecidos pelo Curso de Serviço Social, recebendo as seguintes notas:

(a) Nota do Desempenho do Aluno no Processo de Orientação e Construção do TCC (peso de 20 pontos):

(b) Nota do Trabalho Escrito (peso de 60 pontos):

(c) Nota da Apresentação Oral e Arguição (peso de 20 pontos): Nota Final (a) + (b) + (c) = transformada no código, conforme Regimento Interno da UCS.

Banca examinadora:

Aluna:

Ms. Laís Duarte Corrêa
(Orientadora)
Universidade de Caxias do Sul (UCS)

Joice Catriane Brito

Profa. Me. Rosane Inês F. Lorenzini
Universidade de Caxias do Sul (UCS)

Profa. Ms. Elizabete Bertele
Universidade de Caxias do Sul (UCS)

*Dedico este trabalho a Deus,
o maior orientador da minha
vida.*

*Ele esteve comigo em todos
momentos e me manteve forte para
não desistir. Dedico também ao
meu avô Jorge e meu tio Chico,
que infelizmente não estão mais
aqui para se alegrar e se orgulhar
com minhas conquistas, mas
sempre estarão presentes em meu
coração.*

AGRADECIMENTOS

*“Ó, pai, só gratidão
Ó, mãe, só gratidão
De dez amigos, poucos tavam ali
comigo
Só Deus e Deus me deu a mão!”*

(McLipi)

Acredito que para fazer sentido em meus agradecimentos, eu deva falar brevemente do meu percurso e das dificuldades que enfrentei até aqui. Começo ressaltando que vou concluir esta graduação graças ao Financiamento Estudantil (FIES), criado pelo governo federal, pois por meio deste programa eu pude ter acesso ao Ensino Superior. Confesso que é muito difícil chegar na graduação sem ter o conhecimento básico em algumas matérias. É difícil prestar atenção na aula com fome, frio ou após pegar uma chuva daquelas. Ficar no ponto de ônibus exposto ao tempo e à mercê da violência. Pegar três ônibus para ir para a aula e mais três para voltar. Não deveria ser assim, todo cidadão deveria ter acesso a uma graduação (se assim quisesse) sem ter que pagar, com o conhecimento básico e com o mínimo para conseguir ter uma educação de qualidade.

Não romantizo as dificuldades e também não me vitimizo. Mas acredito que seja importante ressaltar o que eu passei para chegar até aqui, o que afinal representa esse trabalho e essa graduação na minha vida, a minha maior conquista, principalmente por estar concluindo, depois de tudo que passei. Citei algumas das dificuldades que eu passei, mas mal sabia que isso não era nada perto do que estaria por vir... no final da minha graduação, neste ano de 2020, o ano que eu finalmente iria me formar, tivemos uma pandemia. Devido a este ano ser um ano atípico, não consegui realizar meu último estágio obrigatório no primeiro semestre e o pior, no dia 03 de junho meu avô Jorge faleceu. A dor da perda de alguém que amamos é imensurável.

Na metade do semestre fui diagnosticada com Covid-19, passei por dias difíceis. No final do semestre, quando estava quase concluindo meu TCC, no dia 25 de novembro, recebi uma ligação da minha mãe avisando que o meu tio Chico havia sido atropelado. Cheguei no hospital e em poucas horas tive a notícia “tentamos de tudo, mas ele não resistiu”. Mais uma vez meu mundo caiu, fiquei sem chão. Meu tio morava comigo, ele era mais um irmão do que para um tio. Mais um pedaço meu se foi. Esse TCC foi escrito em cima de lágrimas e de uma dor imensurável, mas também em cima de força, uma força que eu nem sabia que tinha, mas que Deus vem me sustentando. Quase concluindo o trabalho, meus avós foram diagnosticados

com Covid-19 e eu tenho dormido alguns dias no hospital com minha bisavó (espaço onde escrevi estes agradecimentos). Este ano foi e está sendo um ano de muito sofrimento, mas também de crescimento e de agradecimento.

Portanto, agradeço primeiramente a Deus, pois sem ele, eu jamais conseguiria chegar até aqui. Deus me sustentou e me fortaleceu para que eu não desistisse. Ele planejou tudo e fará tudo dar certo.

Gostaria de agradecer a minha família que sempre me apoiou, minha mãe Mara, a mulher mais forte que eu conheço, com uma fé inabalável, que me inspira a ser uma pessoa melhor e mais forte todos os dias. Ao meu pai Antonio, homem de caráter, que me incentivou desde criança a buscar uma graduação e que é uma pessoa de grandes virtudes. Ao meu irmão Michael, que sempre quis ouvir o que eu tinha apreendido na graduação, sempre acreditou em mim e várias vezes me disse palavras de apoio. A minha tia Elisabete, que mora com nós, que tem uma deficiência mental e que se anima com minhas conquistas. Agradeço a minha avó Pasqualina, que sempre me ajudou, sempre se importou e que se alegra com minhas conquistas. Vocês foram fundamentais para que eu conseguisse chegar até aqui. Agradeço aos familiares que em algum momento perguntaram como eu estava, se importaram e me disseram alguma palavra de apoio.

Gostaria de agradecer ao meu namorado Lucas, que nestes cinco meses que estamos juntos sempre me incentivou, não se importou em ficar domingos ensolarados no meu quarto, comigo ao seu lado escrevendo, agradeço pela compreensão e pela paciência. Obrigada por estar comigo em todos momentos, na alegria e na tristeza, na saúde e na doença e por todo apoio sempre.

Agradeço à minha orientadora, Laís Duarte Corrêa, que foi fundamental nesta etapa de conclusão de curso, que não mediu esforços para me auxiliar no TCC, que se solidarizou comigo em vários momentos, me ouvindo e me dizendo palavras de incentivo. Obrigada pelo apoio, pela paciência e por compartilhar seu conhecimento comigo.

Às minhas amigas, especialmente à Jaki Rodrigues, Manu Borges e a Juliana Joaquim que me incentivaram, em vários momentos me ouviram e me acolheram. Que sempre acreditaram em mim e me apoiaram. Obrigada por tudo, vocês são muito especiais para mim.

À equipe do SAJU, especialmente à minha supervisora, Assistente Social Andrea Dandolini Camello. Obrigada por tudo que você fez por mim, pela paciência, por me acolher, me ouvir, por compartilhar seu conhecimento comigo, pela força e por todo apoio que você me deu no decorrer de todo estágio. Você é uma referência profissional para mim e foi imprescindível na minha graduação. Obrigada!

Meu agradecimento, as docentes do Curso de Serviço Social, especialmente às professoras, Rosane Inês Fontana Lorenzini, Elizabete Bertele, Margareth Lúcia Paese Capra, Ana Maria Paim Camardelo e a Heloísa Teles, graças a vocês tive a oportunidade de sair da “caixinha” e ver o mundo com um olhar mais amplo e mais reflexivo. Obrigada, vocês foram fundamentais!

Agradeço aos colegas do curso, especialmente a Tainá Grippa, a qual se tornou minha amiga e comadre, que me presenteou com o melhor presente, meu afilhado Vitor. Assim como outros que viraram mais do que apenas colegas, mas sim, meus amigos. Obrigada! Em especial às minhas colegas de estágio: Tatiana Benini, Geraldine Monteiro Ruffato, Neide Maria Serpa Machado, Gabriela Duarte, Milena Kobelinski, obrigada pelo apoio, trocas e pelo companheirismo. Vocês são referência para mim, muito obrigada!

A todos os mencionados e aos que não foram citados, mas que de alguma forma colaboraram no processo da minha formação, agradeço de coração. Obrigada!

RESUMO

O presente estudo é um Trabalho de Conclusão de Curso cujo tema central é a nova morfologia do trabalho e o trabalho dos/as Assistentes Sociais tem o seguinte problema de pesquisa: como se constitui a nova morfologia do trabalho e quais suas incidências ao trabalho dos/as assistentes sociais? Portanto, teve como objetivo geral compreender como se constitui a nova morfologia do trabalho e seus impactos ao trabalho dos/as assistentes sociais. Para compreender o objeto de estudo do presente trabalho, foi utilizado o método materialista dialético, destacando as categorias totalidade, contradição, alienação, historicidade e trabalho, que foram utilizadas para compreender como se constitui a nova morfologia do trabalho, a partir do percurso histórico do capitalismo e algumas características do trabalho dos/as assistentes sociais frente a ela. Trata-se de um estudo quanti-qualitativo, para o qual se utilizou da realização de pesquisa bibliográfica a partir de textos, artigos e livros sobre a temática e de dados do Conselho Federal de Serviço Social - CFESS (2005). Apreendeu-se, que o modo de produção capitalista está em constante transformação buscando obter o controle da classe trabalhadora a qual produz a mais-valia que é dela expropriada, e que o trabalho nesse processo também sofre metamorfoses. Nesse sentido, a nova morfologia do trabalho se apresenta a partir dos processos de reestruturação produtiva e organizacional, flexibilização do trabalho, subcontratações, precarização salarial, captura da subjetividade da classe trabalhadora, terceirizações, entre outros. Essas características incidem, por sua vez, no trabalho dos/as Assistentes Sociais, visto que também se constituem como classe trabalhadora. Isso pode ser observado a partir das características sobre o perfil e as condições de trabalho dos/as Assistentes Sociais, os dados do CFESS demonstram a maioria são mulheres (97%) e possuem vinculação religiosa católica (67,65%), o que implica tanto na remuneração desigual em relação aos homens, bem como podem implicar num viés religioso e moralizador de intervenção na questão social. São profissionais que em sua maioria acessam somente a graduação (55,37%) e, além da precarização da educação e dificuldade de acesso a outros níveis de ensino, infere-se que um dos motivos para a não continuidade seja em decorrência do trabalho. A natureza de maior vínculo empregatício dos/das Assistentes Sociais mostra que 78,16% atuam em instituições de natureza pública e que a carga horária de trabalho predominante dos profissionais é 50,70% na jornada de 40 horas semanais e em segundo lugar com 28,65% de 30 horas. Também, que 45,19% dos profissionais (na época da pesquisa) ganhavam em torno de R\$ 960,00 reais à R\$ 1.440,00. Portanto, considera-se que a flexibilização/precarização do trabalho também atinge o trabalho do/a Assistente Social, e traz incidências nos diferentes espaços institucionais, pela insegurança do emprego, precárias formas de contratação, intensificação do trabalho, desvalorização dos salários, pressão pelo aumento de produtividade, que do ano de 2004 até este momento, tem se intensificado. Para tanto, os profissionais devem reconhecer-se enquanto classe trabalhadora e lutar, com o conjunto da classe, para exigir e assegurar condições de trabalho adequadas, fazendo o enfrentamento e resistindo a este modo de produção perverso e desigual.

Palavras-chave: Modo de produção capitalista; nova morfologia do trabalho; Trabalho dos/as Assistentes Sociais;

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: As duas dimensões do capitalismo.....	19
Figura 2: Estado no capitalismo.....	22
Figura 3: As fases históricas do capitalismo	40
Figura 4: Perfil geral - Sexo.....	45
Figura 5: Perfil geral - Religião.....	46
Figura 6: Formação/ Titulação dos/as Assistentes Sociais.....	47
Figura 7: Natureza da instituição do principal vínculo empregatício	50
Figura 8: Carga horária de trabalho no principal vínculo.....	53
Figura 9: Renda total na área de Serviço Social.....	54

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
SAJu-UCS	Serviço de Assistência Jurídica Gratuita
UCS	Universidade de Caxias do Sul
MPC	Modo de Produção Capitalista
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
SM	Salário Mínimo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPITALISMO E AS TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO.....	18
2.1 O TRABALHO NO CAPITALISMO	23
2.1.1 O trabalho do feudalismo à cooperação simples	25
2.1.2 Morfologia do trabalho: a fase da manufatura	27
2.1.3 A morfologia do trabalho na grande indústria	29
2.1.4 A maquinofatura, a introdução do método de gestão toyotista e a particularidade do Brasil	33
2.2 O TRABALHO DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS FRENTE À NOVA MORFOLOGIA DO TRABALHO	41
2.2.1 Caracterizando o trabalho dos/as assistentes sociais na contemporaneidade: desvendando desafios e possibilidades	45
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
REFERÊNCIAS	62

1 INTRODUÇÃO

Este documento se constitui em um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), o qual é um instrumento utilizado para a avaliação de alunos que estão finalizando o curso de graduação ou pós-graduação. Conforme o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da Universidade de Caxias do Sul, o estudante deve produzir um Trabalho de Conclusão de Curso para conquistar o título de bacharel em Serviço Social e demonstrar a apreensão do alcance social da profissão.

Este TCC trata sobre a temática “A nova morfologia do trabalho e o trabalho dos/as Assistentes Sociais”, escolhida pela graduanda no decorrer do percurso de formação. Tal escolha justifica-se, pois, além de ser uma aluna, é pertencente da classe trabalhadora e compreende a importância e o impacto deste assunto em sua vivência cotidiana, principalmente ao conciliar estudos e trabalho. Já durante o processo de Estágio Supervisionado em Serviço Social, que foi realizado no Serviço de Assistência Jurídica Gratuita-UCS (SAJu-UCS), surgiram outras inquietações a respeito do tema escolhido. No mesmo semestre em que a graduanda estava trabalhando, realizando Estágio Supervisionado em Serviço Social II, cursou a disciplina de Serviço Social na Contemporaneidade, possibilitando aprofundar reflexões sobre a temática e a elaboração do seguinte problema de pesquisa: “Como se constitui a nova morfologia do trabalho e quais as suas incidências ao trabalho dos/as assistentes sociais?”

Cabe ressaltar que a temática escolhida provém da realidade social, experienciada no campo de estágio e abordada nas disciplinas do Curso de Serviço Social, dialogando diretamente com o objeto de intervenção da profissão, as expressões da questão social, a qual necessita dos conhecimentos teórico-metodológicos e das estratégias utilizadas pelo profissional do Serviço Social.

A partir do problema de pesquisa, e com o objetivo geral de “compreender como se constitui a nova morfologia¹ do trabalho e suas incidências/impactos ao trabalho dos/as assistentes sociais”, foram elencadas questões norteadoras, que buscam compreender: *Qual a configuração do modo de produção capitalista e sua incidência ao trabalho? Como se*

1 De acordo com o dicionário Michaelis Morfologia significa: “1 GEOL Vgeomorfologia. 2 Tratado da configuração externa que a matéria pode ter.3 BIOL Estudo das formas e dos aspectos estruturais de seres organizados. 4 MINER Tratado da configuração dos minerais e suas características estruturais. 5 GRAM Estudo das diversas classes de palavras, seus paradigmas de flexões e suas exceções. 6 LING Vmorfêmica. 7 LING Parte da linguística que trata das estruturas e dos processos de formação das palavras”. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/morfologia>. Acesso em 19 de fev. de 2021.

constitui a nova morfologia do trabalho? Como se caracteriza o trabalho dos/as Assistentes Sociais na nova morfologia do trabalho?

Para isso, foram propostos os seguintes objetivos específicos: *Compreender o trabalho na dinâmica do modo de produção capitalista; compreender como se constitui a nova morfologia do trabalho e caracterizar o trabalho dos/as Assistentes Sociais na nova morfologia do trabalho.*

O tema em questão revela-se de suma importância e, esta produção objetiva contribuir principalmente para os/as profissionais Assistentes Sociais, permitindo decifrar como a nova morfologia afeta o conjunto da classe trabalhadora, e particularmente a profissão.

Para o desenvolvimento deste TCC foi utilizado o método dialético crítico. Segundo Konder, o método possibilita a análise da realidade em suas condições estruturais e históricas, assim, a dialética “[...] é o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação” (KONDER, 2008, p.7). Nessa perspectiva, para compreender a nova morfologia do trabalho no Brasil e seus impactos no trabalho dos/as Assistentes Sociais, foram utilizadas as categorias: historicidade, mediação, contradição, alienação, trabalho e totalidade.

A totalidade permitiu uma análise mais ampla da realidade e da constituição do capitalismo, proporcionando assim uma compreensão do todo, evitando uma análise focalista e fragmentada. Além disso, para apreender como se constitui a nova morfologia do trabalho retomou-se a construção do percurso histórico do capitalismo global e a morfologia do trabalho em cada uma de suas fases, utilizando a categoria historicidade, até chegar à forma como se apresenta na atualidade: a nova morfologia do trabalho. Também, buscou-se identificar as contradições desse modo de produção, do trabalho e também do trabalho dos/as Assistentes Sociais. Através da categoria mediação, buscou-se compreender as relações entre os donos dos meios de produção e trabalhadores, a nova morfologia do trabalho e sua particularidade no Brasil, bem como suas implicações ao Serviço Social, relacionando com a totalidade da realidade e do modo de produção.

Por meio da categoria alienação, a qual Konder (2008), problematiza de que forma o trabalho - de condição natural para a realização do homem - chegou a tornar-se o seu algoz? Esta categoria foi essencial para identificar as formas de alienação em cada fase do capitalismo e os interesses que perpassam a divisão do trabalho e da propriedade privada. Por fim, a categoria que não poderia faltar, é a categoria trabalho, pois a temática escolhida é sobre a mesma. É necessário ter a compreensão de que não existe ser social sem o trabalho, de que o mesmo é uma categoria mediadora entre os homens e a natureza. Por meio do trabalho, o homem transforma a natureza para criar bens fundamentais para sua própria existência e assim, transforma a si mesmo.

Trata-se uma pesquisa quanti-qualitativa, tendo em vista que se utilizou-se, para a coleta de dados, a pesquisa bibliográfica a partir de autores da área do Serviço Social e correlatas, que foram “desenvolvidas com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p. 44) bem como de dados quantitativos sobre o perfil do/a assistente social oriundos de pesquisa realizada pelo CFESS (2005). A partir das referências bibliográficas utilizadas para o desenvolvimento desta monografia, foram elaboradas fichas de leitura pela própria aluna.

Diante disso, este trabalho está organizado em um capítulo intitulado de “*Breves considerações sobre o capitalismo e as transformações do mundo do trabalho*” sintetiza brevemente a constituição do capitalismo. Este capítulo se subdivide em subtítulos. O primeiro subtítulo: 2.1 “O trabalho no capitalismo” aborda a particularidade do trabalho no modo de produção capitalista e, nos subtítulos seguintes, 2.1.1 O trabalho do feudalismo à cooperação simples. 2.1.2 Morfologia do trabalho: A fase da manufatura. 2.1.3 A morfologia do trabalho na Grande Indústria. 2.1.4 A maquinofatura, a introdução do método de gestão toyotista e a particularidade no Brasil, aborda-se a morfologia do trabalho nas diferentes fases desse modo de produção. Na sequência, o subtítulo intitulado 2.2 O trabalho dos/as Assistentes Sociais frente à nova morfologia do trabalho, que aborda o trabalho do/a Assistente Social diante das metamorfoses do capitalismo. Posteriormente, no subtítulo 2.2.1 Caracterizando o trabalho dos/as Assistentes Sociais na contemporaneidade: Desvendando desafios e possibilidades, aborda-se quais são as características do perfil dos/as profissionais e suas condições de trabalho, observando-se impactos causados pela nova morfologia do trabalho, bem como possibilidades e desafios encontrados por este/a profissional. Por fim, apresentam-se as considerações finais e, em seguida, as referências utilizadas para a construção desta monografia.

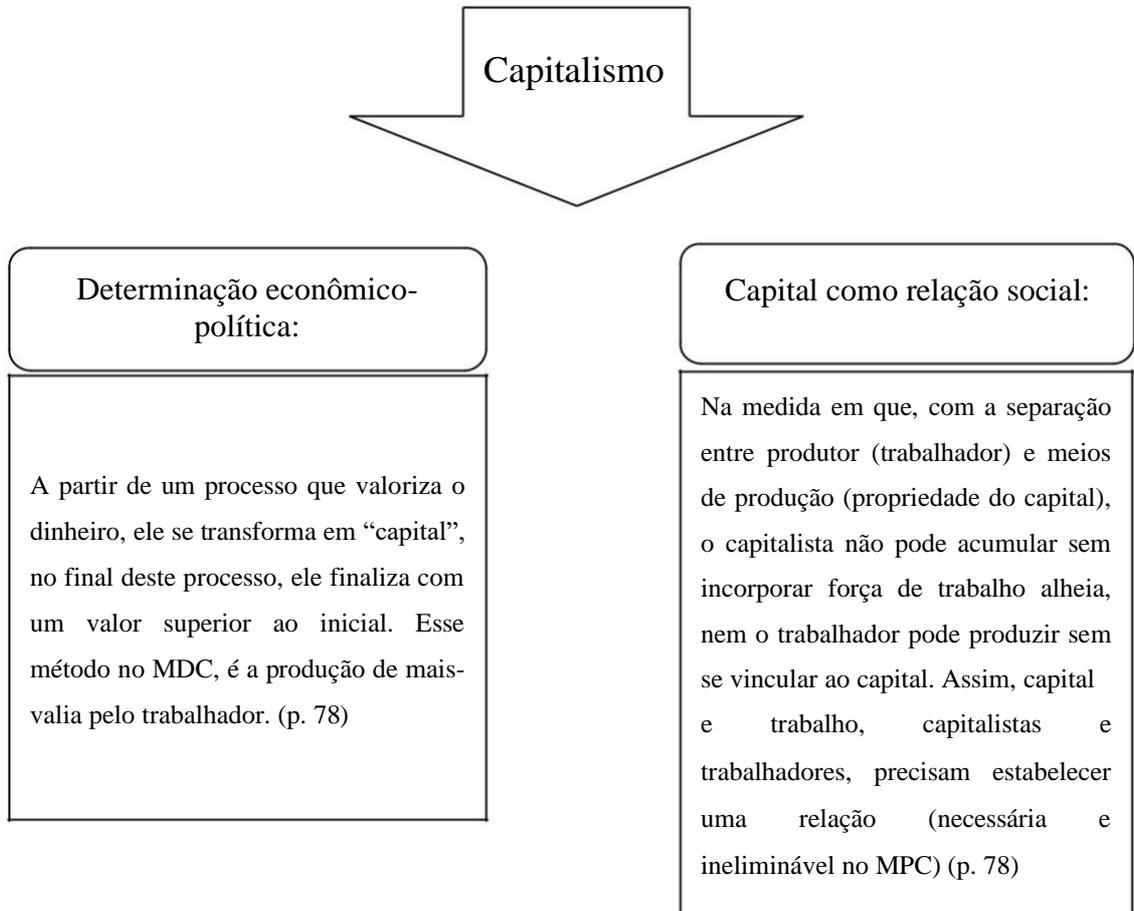
2 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPITALISMO E AS TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO

De acordo com Netto e Braz (2006), o modo de produção capitalista (MPC) se constituiu no Ocidente, a partir do modo de produção feudal. Atualmente, o MPC é dominante em escala mundial, sendo assim, um sistema planetário. Desse modo, não se confronta com “nenhum desafio externo à sua própria dinâmica: impera na economia das sociedades mais desenvolvidas (centrais) e vigora na economia das sociedades menos desenvolvidas (periféricas), nas quais, por vezes subordina modos de produção precedentes” (NETTO; BRAZ, 2006).

Sendo assim, o MPC surge a partir do feudalismo, o qual foi um sistema fundamentado na servidão e no desenvolvimento da economia dependente da terra (BATISTA, 2014). De forma diferente, o MPC se sustenta na compra da força de trabalho dos proletários (pelo capitalista) que, juntamente com a compra de mercadorias, objetiva produzir novas mercadorias, convertendo dinheiro em capital. Em outras palavras, considera-se que o MPC, é fundado na exploração do trabalho, e tem como objetivo o lucro, uma vez que a intenção do capitalista é a de comprar para vender, ou seja, o que ele visa com a produção de mercadorias é obter mais dinheiro. O capitalista tendo uma soma de dinheiro, compra mercadorias, máquinas, matérias (brutas e primas) e força de trabalho, a qual se faz atuar com ajuda de máquinas e instrumentos, e tem como resultado mercadorias, as quais "vendem por uma soma de dinheiro superior à que investiu. É para apropriar-se dessa quantia adicional de dinheiro, o lucro, que o capitalista se movimenta: o lucro constitui seu objetivo, a motivação e a razão de ser do seu protagonismo social” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 96).

Uma vez o dinheiro transformado em capital, é importante referir que esta categoria qualifica, define e determina o modo de produção capitalista. O termo “capital”, conforme Montañó e Duriguetto (2010), é utilizado de diversas formas, por vezes inadequadas, como “capital humano”, “capital social”, “capital intelectual”, remetendo, desta forma, a conceitos que possuem um “valor positivo”. Contudo, ainda segundo os autores, o capital enquanto uma categoria peculiar específica do sistema capitalista, “[...] deve ser entendido com base em duas dimensões: ele remete a uma determinação econômico-política, assim como a uma relação social determinada” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 78). Conforme buscou-se sintetizar na Figura 1, a seguir:

Figura 1: As duas dimensões do capitalismo



Fonte: Construído pela aluna a partir de MONTAÑO; DURIGUETTO (2010), 2020.

Como é possível apreender a partir da Figura 1, não existe outra forma do capital obter a *mais-valia* sem ser por meio da força de trabalho, pois é a classe trabalhadora quem a produz, a partir da transformação do dinheiro em capital. Porém quem se apropria da mais-valia são os donos dos meios de produção, ou seja, o capitalista, para o qual o trabalhador é obrigado a vender sua força de trabalho, para ter acesso aos meios de produção, o que nos leva ao capital como *relação social*. A relação social, por sua vez, é a relação de compra e venda da força de trabalho, sendo que esta última é transformada em mercadoria. Portanto, o trabalhador acessa os meios necessários para produzir (de propriedade do capital) por meio da venda da sua força de trabalho (mercadoria). Em contrapartida, o capitalista, para possuir essa mercadoria (força de trabalho) que irá valorizar seu capital a partir da criação da mais-valia, precisa comprar a força de trabalho e incorporá-la como “capital variável” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010).

Entretanto, vale dizer que, nesta relação entre capital e trabalho, o trabalhador não é incluso para receber o fruto de seu trabalho excedente (mais-valia), caracterizando, assim, uma

relação de exploração: “a apropriação privada pelo capital, da mais-valia produzida pelo trabalhador” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 79). Assim, a relação de emprego é sustentada na exploração do trabalho pelo capital, porém esta relação é própria do MPC, sendo historicamente determinada. Isso porque, apesar de Marx e Engels (2008, p. 10) referirem que “a história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes”, acrescentam que a sociedade capitalista, não aboliu as contradições de classe, pelo contrário, “[...] colocou novas classes, novas condições de opressão e novas formas de luta no lugar das antigas” (MARX; ENGELS, 2008, p. 11).

Isto é, com o desenvolvimento da burguesia (do capital), desenvolve-se também o proletariado, “a classe dos trabalhadores modernos, que só sobrevivem se encontram trabalho, e só encontram trabalho se este incrementa o capital. Esses trabalhadores, que são forçados a se vender diariamente, constituem uma mercadoria como outra qualquer [...]” (MARX; ENGELS, 2008, p.21). Dessa forma, a sociedade se divide, cada vez mais, em duas grandes classes diretamente opostas: *a burguesia e o proletariado*.

Diante do exposto até aqui, pode-se afirmar que essas classes que se relacionam socialmente, e em oposição, também representam uma relação desigual, porque uma produz o trabalho excedente (proletariado), enquanto esse trabalho excedente é apropriado pela outra parte (burguesia). Assim, quanto maior o desenvolvimento do modo de produção capitalista, maior a acumulação de capital. O desenvolvimento do capitalismo não promove maior distribuição de riqueza, mas sim, maior concentração de capital, e, por consequência, maior empobrecimento (absoluto e relativo), ou seja, maior desigualdade entre as classes que o constituem (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 81).

Em outras palavras, essa relação desigual e antagônica entre as classes no capitalismo também é entendida enquanto questão social, a qual segundo Iamamoto (2000), é apreendida como:

O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2000, p. 26)

Porém, a questão social sendo desigualdade, é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a elas resistem e se opõem. Estes sujeitos são os trabalhadores, os quais ficam nesta tensão entre a produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência. Por meio da resistência, os trabalhadores lutam por melhores condições de vida, pela garantia e ampliação de seus direitos. Assim, “apreender a questão

social é também captar as múltiplas formas de pressão social, de invenção e de reinvenção das vidas construídas no cotidiano, pois é no presente que estão sendo recriadas formas novas de viver, que apontam um futuro que está sendo germinado” (IAMAMOTO, 2000, p. 27).

Ainda, para a autora,

Foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública. Ela passa a exigir a interferência do Estado no reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos, consubstanciados nas políticas e nos serviços sociais [...] (IAMAMOTO, 2013, p. 331)

Portanto, entende-se que essas desigualdades são impensáveis sem a intermediação do Estado (IAMAMOTO, 2001). Contudo, vale destacar que, a partir da concepção Marxiana de Estado, explicitada por Montañó e Duriguetto (2010) e, portanto, embasada no método dialético¹, pode-se dizer que não há um tratado marxista sobre o mesmo, mas sim, observações diversas das determinações que este vai assumindo.

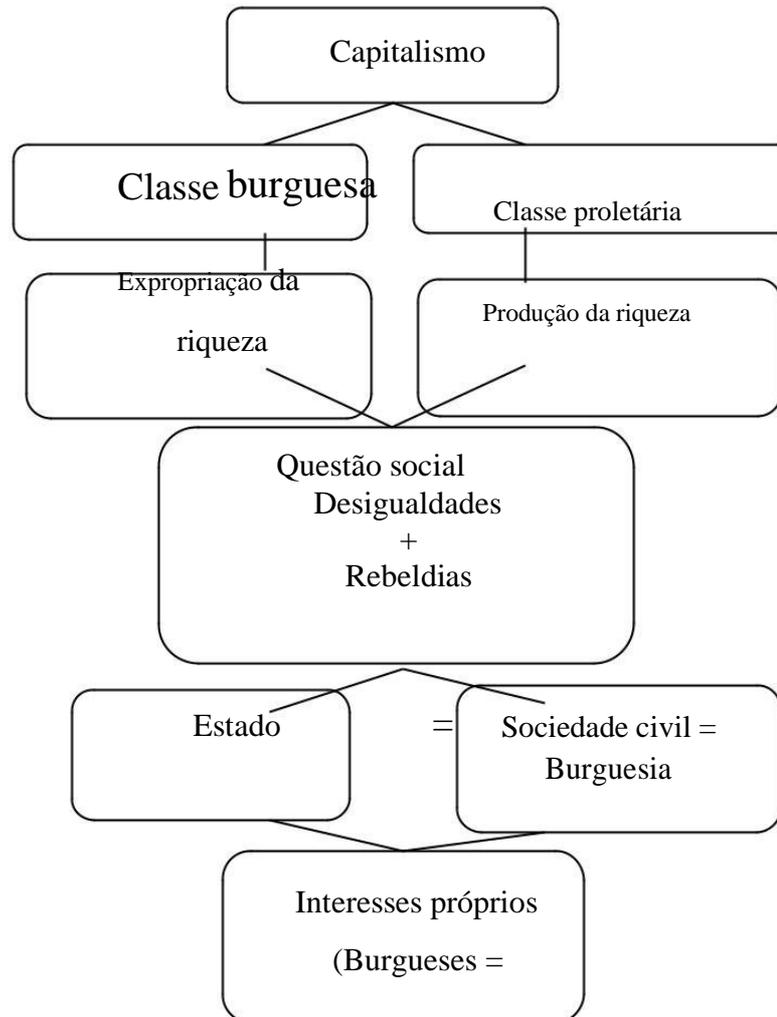
Desta forma, entende-se o Estado como produto, consequência, uma construção de que se vale uma dada sociedade para se organizar, além de expressar as contradições da sociedade civil e as perpetuar. A partir de Engels, os autores ainda acrescentam que “o Estado, regime político, é o elemento subordinado, e [...] as relações econômicas, é o elemento dominante” (MARX; ENGELS, 1975, s/p apud MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010 p. 35).

Complementando o até aqui exposto, Marx e Engels referem que o Estado *emerge das relações de produção*, ou seja, “não é o Estado que molda a sociedade, mas a sociedade que molda o Estado”. A sociedade, por sua vez, se molda pelo modo dominante de produção e das relações inerentes a esse modo” (Carnoy, 1998 apud MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 35). Destarte, para os autores, o Estado está longe de ser o momento de universalização, pois, “a burguesia ao ter controle dos meios de produção e ao ter controle sobre o trabalho no processo de produção, passa a constituir a classe dominante, estendendo seu poder ao Estado, que passa a expressar os seus interesses, em normas e leis” (ibid., p. 36).

Compreende-se, portanto, que o Estado no capitalismo, é um Estado burguês, conforme ilustrado na Figura 2, a seguir:

¹Essa concepção só se torna possível quando se parte do real, do concreto, obtendo como resultado o *conhecimento teórico* como *uma reprodução intelectual do movimento do real*. Diante disso, a realidade (o concreto) é saturada de determinações (Marx, 1977, p.218) e é dinâmica. Isso quer dizer que, Marx não trabalha com “definições” (a-históricas, imutáveis, aplicáveis a um fenômeno em qualquer época), mas com determinações, ou seja, estuda seu objeto pelas particularidades e aspectos que o conformam. Partindo de que a realidade é dinâmica, “ela muda, evolui, e para conhecê-la será preciso sempre retornar a ela, percebendo as novas determinações que assume” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 34).

Figura 2: Estado no capitalismo



Fonte: Elaborado pela aluna a partir de MONTAÑO; DURIGUETTO (2010), 2020.

Como se pode compreender a partir da Figura 2, na divisão entre os proprietários dos meios de produção e os que possuem apenas a capacidade de trabalho, é que se explica os “apetites individuais”, mais compreendidos como *interesse de classes*. “Ao garantir a propriedade dos primeiros, o Estado legitima a dominação e a exploração da burguesia sobre o proletariado, revelando, assim, a sua essência de representante não dos interesses “comuns”, mas daqueles de uma classe particular” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p.38)

Sendo assim, o Estado é o responsável por planejar e executar as políticas públicas, as quais são pensadas para minorar as desigualdades. Todavia as mesmas, de certa forma, contribuem para a manutenção do capitalismo e para a dependência da classe proletária, sem que a mesma consiga construir sua autonomia, se tornando assim, dependente do Estado e da

classe burguesa. Na sequência serão abordadas as metamorfoses do trabalho no modo de produção capitalista, desde a sua constituição, até a contemporaneidade.

2.1 O TRABALHO NO CAPITALISMO

A partir da Economia Política², cujo objeto consiste nas relações sociais próprias à atividade econômica³, entende-se que o alicerce desta atividade é o trabalho, que torna possível a produção de qualquer bem e que cria os valores que, por sua vez, constituem a riqueza social. Os autores esclarecem, contudo, que o trabalho é muito mais que um elemento teórico da Economia Política, uma vez que ele “[...] faz referência ao modo de ser dos homens e da sociedade” (NETTO; BRAZ, 2006, p.41). A categoria trabalho analisada na tradição marxista, representa uma categoria *ontológica* do ser social, pois o “[...] trabalho, em articulação com a linguagem e a sociabilidade, caracteriza e é *fundamento* da *gênese* e a constituição do ser social” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 80, grifos nossos).

Isso porque:

Conforme Lukács (1979), há em Marx uma ontologia do “ser social”, isto é, uma busca das determinações reais que peculiarizam o ser humano em sociedade. Para ele, após determinar o que caracteriza ontologicamente o ser “inorgânico” (a sua constante transformação) e o ser “orgânico” (sua capacidade de reprodução ou reposição), o “ser social” se constitui a partir de um salto ontológico dado pela *produção do novo* [...] (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 79)

Ou seja, de acordo com os autores, diferente da natureza, para sua reprodução, o ser social desenvolve uma atividade que é orientada por finalidades racionais, estabelecidas. Em outras palavras, ele idealiza algo no seu imaginário e depois materializa através de seu trabalho. Sendo assim, o trabalho é uma atividade teleológica de transformação da natureza.

Nas palavras de Marx (2017):

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [Naturmacht]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (MARX, 2017, p. 188)

O homem transforma a natureza em meios de subsistência ou de produção, controlando e executando sua ação por meio de sua força corporal contra os elementos da natureza, atuando

²Partiremos da concepção geral que foi anunciada por Engels, segundo a qual a Economia Política, “no sentido mais amplo, é a ciência das leis que regem a produção e a troca dos meios materiais de subsistência na sociedade humana” (Engels, 1972: 158): contudo, essa concepção será considerada com a ênfase posta por Lênin: “o objeto da Economia Política não é simplesmente a ‘produção’, mas as relações sociais que existem entre os homens na produção, a estrutura social da produção” (Lênin, 1982: 29) (NETTO; BRAZ, 2006, p. 26)

³ Atividade econômica “[...] é um processo que envolve a produção e a distribuição dos bens que satisfazem as necessidades individuais ou coletivas dos integrantes de uma sociedade” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 41)

de forma consciente e intencional, ou seja, teleologicamente, porque “no legado marxiano o trabalho é uma atividade tipicamente humana, porque implica a existência de ação previamente concebida no plano das ideias que orientam a ação a ser efetivada para alcançar um fim estabelecido” (AMARAL, 2014, p. 2). Ao transformar a natureza, surgem novas características e transformações na base do ser que passa a dominar habilidades, desenvolver técnicas por meio de conhecimentos adquiridos no intercâmbio com o meio natural, superando, a partir da teleologia, a esfera do ser dominado pela natureza para o ser que pensa e a transforma para garantir sua existência (ibid., p. 1).

Ou seja, de acordo com Netto e Braz (2006), somente o ser social é capaz de agir teleologicamente, só ele propõe finalidades e antecipa metas, só ele dispõe da capacidade de *projetar*. O ser social:

Se revela não como uma forma eterna e atemporal, a-histórica, mas como uma estrutura que resulta da auto-atividade dos homens e permanece aberta a novas possibilidades, é uma estrutura histórica inconclusa, apta a reconfigurar-se e a enriquecer-se no curso da história presente e futura (NETTO; BRAZ, 2006, p. 42).

É interessante destacar ainda que, por ser uma atividade teleológica e consciente, na qual o ser social *escolhe* o resultado desejado, e a partir da avaliação das condições, *escolhe* determinado caminho, “o trabalho constitui não apenas o fundamento ontológico do ser social, mas também constitui o fundamento de *liberdade*” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 80, grifo dos autores).

Liberdade é assim entendida, a partir da afirmação marxiana de que o “reino da liberdade começa onde o trabalho deixa de ser determinado por necessidade e utilidade” [...], não na sua acepção burguesa (“a liberdade de um termina onde começa a do outro”), ou liberal (liberdade formal, legal, como inexistência de impedimentos formais), ou até do senso comum (ausência de sujeição), mas, contrariamente, como o exercício real da capacidade consciente de *optar e escolher* por finalidade e caminhos. Só o ser social pode ser assim livre (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 80, grifo dos autores).

Diante disso, o trabalho também constitui o fundamento de liberdade. Porém, de acordo com os autores, o trabalho expressa a relação homem/natureza, conforme Lukács, com a complexificação das sociedades essa relação envolve cada vez mais as relações entre homens. E aqui aparece a dimensão histórica do trabalho. No modo de produção capitalista, o trabalho só pode se realizar sob o comando do capital, visto que o trabalhador precisa vender sua força de trabalho ao capitalista, estabelecendo uma relação de emprego, uma relação salarial. Em outras palavras, o trabalhador, no capitalismo, não dispõe das condições objetivas para produzir. Assim, sua capacidade de trabalho só pode ser objetivada quando demandada pelo capitalista (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010). Ou seja, “[...] a obtenção de suas condições de vida depende de mediações do mercado de trabalho, externas à sua vontade” (CEOLIN, 2014, p.

246).

Sendo assim, enquanto trabalhador assalariado, inserido no MPC, tem determinada a sua atividade laboral por esse modo de produção, antes mesmo da compra e da venda da força de trabalho. Conforme exposto na introdução deste capítulo, essa relação é uma relação de exploração para a obtenção do lucro, e dessa forma, o ser social acaba tendo que vender sua força de trabalho e em consequência sua liberdade. Assim, o trabalhador, mesmo possuindo a capacidade teleológica, terá sua vontade determinada pelo empregador.

Portanto, essa relação (entre capital e trabalho), está longe de realizar a “liberdade”, é uma relação de *exploração e alienação*. Isso porque, “[...] o trabalho, ontologicamente determinante do ser social e da liberdade, na sociedade comandada pelo capital promove a exploração e alienação do trabalhador, o trabalho assalariado, portanto, desumaniza o trabalhador” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 81). Entretanto esse processo não é natural, imutável, sem história. O próximo subitem abordará o processo de transição do feudalismo ao capitalismo, e as mudanças do mundo do trabalho.

2.1.1 O trabalho do feudalismo à cooperação simples

Sobre o desenvolvimento do capitalismo, Batista (2014), discorre a respeito das transformações que irão ocorrer a partir do período feudal que, conforme já mencionado, consiste em um sistema dependente da terra, cujos trabalhadores instituídos juridicamente na sociedade medieval, eram os servos, que eram altamente subordinados e possuíam muitos deveres junto aos senhores feudais.

Nesse período, muitas estratégias foram empregadas para o restabelecimento das condições econômicas, políticas e sociais em momentos de adversidade vivenciados. Dentre essas estratégias, um momento importante se deu quando houve o insucesso do movimento desencadeado pelas cruzadas, levando os poderes estabelecidos a tomarem iniciativas que recaíram sobre os servos e suas famílias. Esses, foram expulsos das terras em que arrendavam. Abandonados e destituídos de qualquer condição mínima de existência material, foram jogados nas estradas, e, “humilhados, restava apenas uma escolha frente ao leque possível de alternativas: roubar e furtar” (BATISTA, 2014, p. 213). A consequência dessas atitudes contribuiu para criar uma quantidade significativa de bens em espécie e de objetos. Os objetos saqueados, eram trocados e transformados em espécie no mercado.

Contraditoriamente,

Alguns trabalhadores, detentores de conhecimentos técnicos em criar objetos artesanais iniciam uma relação diferenciada no interior do feudalismo. Individualmente, constroem seus ofícios e, na condição de mestres e/ou aprendizes realizam suas atividades criando e desenvolvendo objetos para serem comercializados (BATISTA, 2014, p. 213)

Sendo assim, o trabalho humano, mediador no campo de possibilidades de realizações teleológicas, experimentava alterações em suas manifestações. Anteriormente, a “manifestação direta e intensa dos trabalhadores com a terra, ao colocarem suas energias físicas e psíquicas para o outro (senhor feudal), estabelecia uma relação de total dependência” (BATISTA, 2014, p. 214). Ou seja, na condição de servo, sua única condição era de subordinação ao seu senhor. A vontade do servo só se realizaria se a vontade do senhor coincidissem. Nesse momento, “uma parcela de trabalhadores rompe a relação de dependência com o senhor, proprietário do feudo e estabelece, perante o outro que o dominava, uma relação de autonomia” (BATISTA, 2014, p. 215). Os artesãos, organizados, aumentavam suas forças políticas e pressionavam a forma de ser e de existir do modo de produção capitalista, ampliando o campo de possibilidades em colocar-se enquanto ser social na esfera da produção artesanal.

É a partir desse lugar que o trabalhador, artesão, passa a ter a condição de escolher o que, como e para quem produzir seus objetos. Suas decisões possibilitam estabelecer o encontro em sua totalidade com a natureza. O artesão atribuía vida às suas potencialidades, conhecia seus segredos e emocionava-se com suas surpresas, agora não mais dirigida pelo olhar e vontade do outro, mas sim a partir da sua vontade. (BATISTA, 2014, p. 215)

Assim, o trabalhador passa a laborar pelo seu próprio desejo, exercendo sua autonomia, os artesãos passam a ser os responsáveis por colocarem determinada finalidade no objeto a ser transformado: “Esse fazer cotidiano garantia que os artesãos, nas esferas objetivo/subjetivas, chegassem, ao final, dominando a totalidade do processo de trabalho” (BATISTA, 2014, p. 216). Ou seja, o trabalhador possuía aqui, de fato, a liberdade, pois o mesmo podia escolher o que e como fazer, sem ser explorado e realizando a atividade que gostaria, para alcançar os resultados pensados pelo mesmo. Dominando todo o processo laboral, tendo assim, a compreensão de todo seu trabalho. Além do mais, “o artesão mestre e seu aprendiz, ao pensarem, desenvolverem e efetivarem suas teleologias em determinado objeto material, apropriavam-se de conhecimentos técnicos [...]” (ibid.).

Esses aprendizados possibilitavam aos trabalhadores, apropriar-se de novas habilidades e descobertas, na condição de autores e atores durante o processo de trabalho, os artesãos e seus aprendizes, compreenderam que, no final do processo, sujeito e objeto não eram os mesmos, mas que o conhecimento de todo o processo ficava sob domínio deles, o que os fortalecia técnica e politicamente (BATISTA, 2014). Contudo, na baixa Idade Média, esses trabalhadores se encontraram em uma situação delicada de enfraquecimento de suas forças nas esferas produtiva

e reprodutiva, visto o pressionamento pelas forças políticas e legais vinculadas ao fim da Idade Média e início do Renascimento, resultando na Cooperação Simples, momento no qual o modo de produção capitalista tem seus primeiros fundamentos concretos. É aqui que o empreendedor capitalista coloca um conjunto de trabalhadores sob o mesmo teto, que em condições específicas de vínculo empregatício trabalhavam diariamente, produzindo mercadorias que atendiam as necessidades humanas dos trabalhadores e de seus familiares, bem como uma quantidade significativa de mercadorias excedentes” (BATISTA, 2014, p. 218).

Registra-se que a autonomia desses trabalhadores foi ceifada em suas raízes, pois têm sua vontade comprada pelo proprietário capitalista em processo de formação industrial em grande escala. Aos poucos, o coletivo que se movimenta para produzir, questiona a forma de relação estabelecida entre capital/trabalho, onde surge a resistência em cumprir ordens superiores, porém, em condições desiguais, subordinados aos capitalistas, “[...] os trabalhadores assalariados não conseguiram impedir as mudanças profundas ocorridas na esfera organizacional durante o desenvolvimento do processo de trabalho” (BATISTA, 2014, p. 219).

Sendo assim, o trabalhador, ao deixar de ser dono de suas ferramentas, bem como do conhecimento da totalidade do processo da produção, transformou-se em uma simples mercadoria, a qual vive à disposição do mercado. Esse fato histórico e contraditório, estabeleceu o alicerce para que o processo de trabalho consolidado sob a determinação da manufatura conseguisse implantar sua forma de ser e de existir, como iremos apresentar a seguir.

2.1.2 Morfologia do trabalho: a fase da manufatura

Durante os séculos XVI a XVIII, a produção manufatureira ocupou o lugar da Cooperação Simples. Com as mudanças no âmbito organizacional, a partir das atividades de cada trabalhador, “[...] criou-se a base estrutural fundada no processo de trabalho capitalista industrial denominado manufatura” (BATISTA, 2014, p. 220). Parafrazeando Marx (1996, p. 303), a manufatura é um meio para a produção de mais-valor, como qualquer outro desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, serve para baratear mercadorias e diminuir a parte da jornada de trabalho que o trabalhador necessita para si mesmo, com o intuito de prolongar a outra parte de sua jornada, a qual ele dá gratuitamente para o capitalista. É na manufatura, que, destituídos das suas ferramentas, os trabalhadores ficam enfraquecidos, restando apenas uma única mercadoria sob o seu domínio: a força de trabalho livre.

Impossibilitados de fazer escolhas entre alternativas, todos os dias são obrigados a vender sua força de trabalho aos proprietários dos meios fundamentais de produção.

Sob a orientação do empregador capitalista industrial manufatureiro, os trabalhadores ocupavam uma nova disposição organizacional na fábrica — para cada trabalhador, uma bancada. “As operações são destacadas, uma das outras, isoladas, justapostas no espaço, cada uma delas confiada a uma artífice diferente de todas executadas ao mesmo tempo pelos trabalhadores cooperantes” (Marx, 1975b, p. 388 apud BATISTA, 2014, p. 220)

Surge um novo movimento sistêmico de produção, com um complemento: conserva-se o trabalho humano vinculado diretamente ao objeto e aos instrumentos de trabalho: “Qualquer que seja, entretanto, seu ponto de partida, seu resultado final é o mesmo: um mecanismo de produção cujos órgãos são seres humanos” (Marx, 1975b, p. 389 apud BATISTA, 2014, p. 220). Ainda de acordo com o autor, os trabalhadores não tinham mais a compreensão da totalidade do processo de trabalho, porém permaneceram desenvolvendo suas atividades operando as ferramentas com suas próprias mãos e com o auxílio de outros membros do corpo. Mesmo inseridos em um novo processo de trabalho, suas ações eram coordenadas por atividades que ainda dependiam, em todo o processo, da habilidade individual de cada trabalhador assalariado. O trabalhador passa a realizar a mesma atividade todos os dias, intervindo em determinado objeto de trabalho, fragmentado do processo de transformação, “aperfeiçoa-se o método de trabalho devido à repetição” (ibid., p. 221).

Por meio da supervisão, o empregador controlava a produção do trabalhador, criando condições objetivas/subjetivas para que cada empregado aumentasse a sua produção. Ao controlar estes trabalhadores, compreende-se que “a manufatura também não é um processo produtivo natural, mas sim histórico, social, determinado pela divisão social e técnica do trabalho coletivo em determinado movimento histórico, temporal e espacial” (Marx, 1975b apud BATISTA, 2014, p. 222). Além disso, ao isolar o trabalhador, a divisão técnica do trabalho intensificava e o trabalho coletivo passava a ser composto por muitos trabalhadores que atuavam em atividades parciais. Sendo assim, o coletivo no modo de produção capitalista durante o processo desenvolvido na manufatura, resulta na soma de mais habilidade e mais força: “Todavia, o resultado coletivo não era dividido para todos os envolvidos no processo de trabalho, mas de propriedade única do capitalista, proprietário dos meios fundamentais de produção” (ibid., p. 223).

Após os trabalhadores realizarem suas atividades por dias, meses e anos, somente eram reconhecidos, por meio da razão de ser do seu empregador. Na condição máxima de coisificação, o trabalhador estava totalmente alienado no seu processo laboral. Diante da condição de alienado, encontrava sua felicidade na vontade do outro, isto é, na figura do dono dos meios de produção, naquele momento identificado enquanto capitalista industrial. Essa forma opressora, de expropriar a força de trabalho, aprimora-se e atinge profundamente a

totalidade da classe trabalhadora. Contudo, este era apenas o início da desgraça que atormentava os trabalhadores.

Logo em seguida, um novo processo de trabalho entrava em cena, subordinando as forças de trabalho. Era eleita uma nova forma de desenvolver o modo de produção capitalista industrial, isso porque “a burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente os instrumentos de produção, portanto as relações de produção e, por conseguinte todas as relações sociais” (MARX; ENGELS, 1998), ou seja, o capital precisa estar se reinventando frequentemente. Dessa forma, construído por meio de “avanços da técnica, da ciência e da filosofia, os proprietários industriais apresentaram, aos trabalhadores e seus familiares, o seu novo instrumento de trabalho: a máquina movida a vapor” (BATISTA, 2014, p.225). Surgia então, a indústria moderna/grande indústria, a qual será abordada no item que segue.

2.1.3 A morfologia do trabalho na grande indústria

De acordo com Batista (2014), no Ocidente as relações estabelecidas entre os homens e a natureza, revolucionaram a forma de pensar e de fazer. A partir da última quadra do século XVIII e durante os séculos XIX e XX, com novas necessidades e possibilidades, o processo de trabalho movido pela máquina a vapor, estreava a indústria moderna, visto que, “na manufatura, o revolucionamento do modo de produção começa com a força de trabalho; na grande indústria, com o meio de trabalho” (MARX, 1996, p. 303). Por meio de máquinas, matéria-prima e como principal elemento do processo de trabalho — a força de trabalho humana —, surgia, no interior do velho processo de trabalho incorporando “[...] algumas conquistas de ordem organizacional e técnica criadas e desenvolvidas durante o período manufatureiro” (BATISTA, 2014, p. 226)

Os conteúdos fundantes deixados pelo processo de trabalho desenvolvido e efetivado na manufatura foram:

- a) as ferramentas eram manipuladas por mãos humanas; b) cada ferramenta em seu campo de possibilidades e limites pertencia ao domínio de um único trabalhador; c) as atividades, parceladas individualmente, atingiam grau máximo de saturação; d) os resultados quantitativos foram ampliados, no entanto os sujeitos, trabalhadores, conseguiram visualizar, perceber e, em muitos casos, acompanhar a totalidade do processo de produção, porém seu campo de reflexo era reduzido à sua especialidade; e) a especialidade, ao retirar os conteúdos auto criativos de cada trabalhador, em sua totalidade, colocava-os na condição de escravos de uma atividade especializada, repetitiva, negadora do trabalho humano; e) os trabalhadores resistiram aos impactos diretos e indiretos provocados pelo modelo manufatureiro de produzir e reproduzir socialmente (BATISTA, 2014, p. 226).

Sendo assim, pode-se observar que na grande indústria, mantém-se, dialeticamente,

diversas características do processo da manufatura, as quais são mantidas com a finalidade de sustentar a dominação do modo de produção capitalista bem como o poder nas mãos da burguesia. Ainda conforme o autor, numa relação desigual nas correlações de forças no mercado, os trabalhadores se submeteram à vontade do proprietário dos meios de produção. Sem alternativa, “[...] a máquina obrigava-o a seguir os seus movimentos, seu ritmo, aumentando a elasticidade da força de trabalho humana em grau máximo de resistência física e psíquica” (BATISTA, 2014, p. 228). Aqui, pode-se perceber a incorporação do princípio taylorista da preocupação com o desperdício, visto que, suas normas, princípios e leis “científicas” visavam, sobretudo, a exploração do trabalho em seu limite máximo, levando ao estudo minucioso do tempo e movimentos.

O resultado foi imediato, visto que o trabalhador passou a se desgastar e a ficar exausto, explicitando o quadro negador de sua existência em suas dimensões, material e espiritual. Ao mesmo tempo, o capitalista comemorava o imenso aumento dos seus lucros, conquistado por meio da expropriação do trabalho humano não pago. Também, durante o processo de trabalho gerido pela maquinaria, a mais-valia, deixava de caracterizar-se somente como absoluta, estabelecendo

uma nova forma principal: *a relativa*⁴, que “[...] passou a dominar a forma de expropriação diária do trabalho humano no mercado” (BATISTA, 2014, p. 228).

Ainda de acordo com o autor, conforme o avanço da ciência e da técnica, eram realizados novos ajustes relacionados às máquinas, os quais tornavam possíveis o aumento da extração da mais-valia relativa, “[...] alterando profundamente as relações de poder e de correlações de forças entre capital/trabalho na esfera produtiva e reprodutiva” (BATISTA, 2014, p. 228). Essa situação teve desdobramentos imediatos: a remuneração dos trabalhadores foi reduzida e os lucros dos capitalistas aumentaram, trazendo como consequência o aprofundamento das expressões da questão social.

Com o aguçamento das desigualdades, os trabalhadores e seus familiares começaram a se organizar entre si e para si, manifestando novas formas de reivindicações e de organizações, tais como associações, sindicatos e, em seguida, em partidos políticos, nos quais agem de forma madura para enfrentar o projeto burguês. Porém, a classe burguesa não assistiu de braços cruzados as ações políticas apresentadas pelos trabalhadores, e logo organizou os seus representantes, que por meio de instrumentos jurídicos, políticos ideologizados e a “[...] força repressora do Estado para conter a classe trabalhadora em movimento por meio de suas

⁴De acordo com Cipolla (2014): “A mais valia relativa permite uma contínua expansão do trabalho excedente, fato inédito se comparado aos modos de produção anteriores. Permite também superar a limitação que a extração de mais valia absoluta encontra na extensão da jornada de trabalho”.

entidades representativas” com o objetivo de manter a ordem e o controle no chão da fábrica (BATISTA, 2014, p. 229).

Com a intenção de expandir o controle sobre o físico e o psicológico dos trabalhadores na esfera da organização do trabalho, estabeleceram em número expressivo a figura do chefe, do supervisor e, em seguida, a do gerente da fábrica. Na condição de trabalhadores especializados, “[...] eram responsáveis por ampliar a produção da mais-valia absoluta e relativa e, ao mesmo tempo, reprimir as inquietações das manifestações individuais e/ou coletivas dos trabalhadores no interior das fábricas” (BATISTA, 2014, p. 233).

Neste sentido, também se observa a influência do taylorismo no que diz respeito à divisão entre trabalho intelectual e trabalho mecânico segundo critérios de inferioridade mental,

Um tipo de homem é necessário para planejar e outro diferente para executar o trabalho. [...] em quase todas as artes mecânicas, a ciência que rege as operações do trabalho é tão vasta e complexa que o melhor trabalhador adaptado a sua função é incapaz de entendê-la, quer por falta de estudo, quer por insuficiente capacidade mental (TAYLOR, 1990, p. 43 apud BATISTA, s/d, p. 5).

Esse configura-se como um dos “princípios da administração científica” do taylorismo, o qual tem diversos “princípios” para que o trabalhador continue sendo explorado, sem se dar por conta. Assim como a anulação e robotização dos trabalhadores responsáveis pela execução de tarefas parceladas também podem ser verificadas, o incentivo à competitividade e remuneração variável também estão presentes na administração taylorista do trabalho, entre outros. Além de garantir o aumento da produtividade, diminuição dos custos, e, sobretudo, do uso da matéria-prima, tinham como função conservar os instrumentos de trabalho, fossem eles simples ou complexos, bem como de:

Introduzir conteúdos teleológicos no campo subjetivo de cada trabalhador, impostos pelo capitalista, que expressassem ser o sucesso individual e coletivo a ser alcançado na fábrica oriundo de resultados positivos; criarem condições concretas para que os trabalhadores incorporassem a cultura da fábrica — produtiva e reprodutiva —, exercitando-a nos espaços de trabalho e fora da fábrica, estendendo-a particularmente para os membros da família e para os círculos de amizade (BATISTA, 2014, p. 233)

Além de tais mecanismos criados para o controle da esfera organizacional, nessa fase é possível identificar que houve avanço progressivo de investimento dos donos das fábricas e do Estado, para desenvolver o campo técnico e científico⁵. Visto que a união destas mudanças na esfera da organização do trabalho e do desenvolvimento técnico e da ciência, favoreceu para que o capitalista ampliasse a acumulação de capital. Quando algum trabalhador tinha alguma dificuldade para executar sua função, os gerentes e supervisores providenciavam a substituição

⁵Um dos pontos evidenciados vigorosamente em “Princípios da Administração Científica”, trata-se da substituição dos métodos empíricos por métodos científicos e tempo para realização das tarefas (BATISTA, s/p).

daquele trabalhador. Aliás, existia um imenso contingente de trabalhadores pertencentes ao exército de reserva à espera de uma vaga. Além disso, a relação estabelecida entre os gerentes e supervisores com os trabalhadores demitidos, não apresentava nenhuma preocupação, nenhum sentimento de arrependimento ou o mínimo de empatia. “Nesse cenário, a máquina, resultado dos processos científicos, ao ser colocada em movimento a serviço do capital, ampliava o campo de negação do trabalho humano” (BATISTA, 2014, p. 234).

Diante deste cenário, as expressões da questão social se intensificam ainda mais. Nesse caso, o Estado acabava sendo requerido para desempenhar o papel de reparador material e espiritual, pois o pauperismo, a miséria e as doenças tomavam conta e atingiam a maioria da classe trabalhadora. O Estado passa a iniciar encaminhamentos na esfera das políticas sociais, para responder às inúmeras expressões da questão social. (BATISTA, 2014).

É no decorrer do fordismo que foram ampliados diversos direitos sociais, o que amenizou temporariamente o conflito entre a relação capital-trabalho até a crise de seu padrão de acumulação (BRAGA, 1995, p. 96 apud BATISTA, s/d, p. 5). Dessa forma: “O Estado arrecadava os impostos e assegurava certos direitos trabalhistas, o patronato se comprometia com o pagamento dos altos salários inspirados no modelo produtivo de Ford” (BATISTA, s/d, p.5) e os trabalhadores aguentavam a exploração do trabalho advindas das formas fordistas-tayloristas. No entanto, era notório que as “contradições presentes não podiam ser superadas enquanto a lógica produtiva e reprodutiva estivesse sob a condução do projeto de sociabilidade criado e em desenvolvimento pela classe burguesa” (BATISTA, 2014, p. 235).

Desta forma, “igual aos animais, não restava aos trabalhadores e seus familiares outras condições de existência a não ser: comer, beber, dormir e procriar” (Marx, 2009b apud BATISTA, 2014, p. 236-237). Portanto, a condição de ser humano, social e político, foi negada, e a maior parte das pessoas passaram a ser reconhecidas, conscientes ou não, enquanto coisa, no interior dos processos de trabalho. Cabe mencionar que, sob o método fordista que ele foi universalizado e combinado com as técnicas de administração taylorista, ou seja, a separação entre execução e planejamento, tempo controlado, mantém-se, na produção em massa fordista, fazendo com que seja dada continuidade ao modelo de acumulação capitalista centralizado na exploração do trabalho e combinando os dois tipos de organização (BATISTA, s/d).

Acrescenta-se, porém, que o método fordista sistematizou o trabalho mecanizado via esteira de montagem. Uma das lógicas deste modelo de produção industrial, era a “captura” da subjetividade do trabalhador, na ideia de que “se um operário deseja progredir e conseguir alguma coisa, o apito será um sinal para que comece a repassar no espírito o trabalho feito a fim de descobrir meios de aperfeiçoá-lo” (FORD, 1967: 41 apud BATISTA, s/d, p. 3). Também

havia uma preocupação com uma organização descentralizada da produção e redução dos níveis hierárquicos, pois “[...] as fábricas Ford não possuem nem organização, nem atribuições específicas a cargos, nem ordem de sucessão ou hierarquia determinada [...] a maioria dos homens é capaz de manter-se à altura da sua função, mas não resiste ao desvairamento de um título” (FORD, 1967: 73-74 apud BATISTA, s/d, p. 3).

Ford, por sua vez, acreditava que a responsabilização deveria ser individual e incitava a competição e gestão por iniciativa e incentivo dos trabalhadores, conforme é possível verificar:

Queremos completa responsabilidade individual [...] onde a responsabilidade se acha fragmentada e dispersa por uma série de serviços, rodeado por sua vez de um grupo de subtitulares, é realmente difícil encontrar alguém que seja realmente responsável [...] o jogo do empurra, que certamente nasceu nas empresas de responsabilidade fragmentada [...] O espírito de competição leva para a frente o homem dotado de qualidades [...] não dispomos de postos ou cargos, e os homens de valor criam por si mesmos as suas posições [...] A pessoa em questão vê-se de repente num trabalho diverso com a particularidade de um aumento de salário (FORD, 1967, pp. 74-76 apud BATISTA, s/d, p.4).

Contudo, de acordo com Antunes e Alves (2004), o fordismo de certo modo, era uma “racionalização inconclusa”, pois, apesar de dar início a uma sociedade “racionalizada”, não conseguiu inserir à racionalidade capitalista na produção, as variáveis psicológicas do comportamento operário, no qual o toyotismo, que será incorporado na fase da maquinofatura, procura “desenvolver por meio dos mecanismos de comprometimento operários, que aprimoram o controle do capital na dimensão subjetiva” (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 345). Por fim, Alves (2011) afirma que o fordismo-taylorismo, que surge na grande indústria, não significa o retorno da manufatura, mas repõe essa forma de organização, conforme já demonstrado neste subitem. No subtítulo a seguir veremos a implementação da maquinofatura e como se instituiu o método de gestão toyotista e sua particularidade no Brasil.

2.1.4 A maquinofatura, a introdução do método de gestão toyotista e a particularidade do Brasil

Após abordar as diferentes fases constituintes do capitalismo, este subitem abordará aquela fase que Alves (2013) denomina como a última fase do capitalismo, qual seja a maquinofatura. Contudo, para isso, é necessário contextualizar a sua emergência no já referido modo de produção. Aqui, também será abordada a particularidade da nova morfologia do trabalho no Brasil, tendo em vista o objetivo proposto para este TCC.

Primeiramente considera-se que as transformações societárias emergentes desde a década de 1970, redesenharam amplamente o perfil do capitalismo contemporâneo, o qual

passou a apresentar novos traços (NETTO, 2012), momento no qual a crise estrutural de valorização do valor, coloca a necessidade irremediável de um novo nível de desvalorização da força de trabalho como mercadoria, que será identificado por Mészáros como sendo a precarização estrutural do trabalho (MÉSZÁROS, 2002 apud ALVES, 2013, p. 239).

Antes de adentrar na crise estrutural, considera-se que as crises são inelimináveis do MPC pois expressam seu caráter contraditório, elas são a demonstração de que esse modo de produção é constituído por contradições e só se desenvolve com a reprodução e a ampliação dessas mesmas contradições. Lembrando que a contradição fundamental do MPC é entre a *produção socializada*, a qual é *progressivamente aprofundada* e a *apropriação privada*, excedente criado pelos trabalhadores e apropriado pelos donos dos meios de produção (capitalistas) (NETTO; BRAZ, 2006).

Com base nisso, a crise estrutural é considerada para Alves (2013) como a nova condicionalidade objetiva da acumulação de capital ou extração de mais-valia, determinante da base econômica, a partir da qual a precarização do trabalho surge como precarização salarial com suas consequências no emprego, carreira, salário e condições de trabalho, tendo em vista “[...] a vigência do trabalho flexível alterando as condições do estatuto salarial (contratação salarial, remuneração e jornada de trabalho)” (ALVES, 2013, p.239). Além disso, incide também na manipulação dos trabalhadores, fazendo com que os mesmos não se reconheçam enquanto classe e se torne ainda mais difícil a tomada de consciência.

Esse processo desencadeado a partir desse período é denominado de reestruturação produtiva, tendo se dado nos países centrais a partir dos anos 1970 e nos países do Sul, a partir dos anos 1980 (ANTUNES, 2014). O autor explicita as mudanças ocorridas no Brasil, por exemplo, a partir desse período, trazendo que:

Era relativamente pequeno o número de terceirizados (subcontratados), nas décadas seguintes esse número aumentou significativamente, trabalhadores frequentemente sem vínculo empregatício e sem registro formalizado, por vezes à margem da legislação trabalhista, redesenhando a morfologia do trabalho no Brasil (ANTUNES, 2014, p. 41).

É substancial sinalizar que a crise estrutural decorrente fundamentalmente do aumento da composição orgânica do capital, não é o único elemento constituinte dessa nova temporalidade histórica, pois é nesse período que houve também a vitória do neoliberalismo, implementado no Brasil nos anos 1990 e cujo projeto viu-se resumido no tríptico mote da “flexibilização” (da produção, das relações de trabalho), da “desregulamentação” (das relações comerciais e dos circuitos financeiros) e da “privatização” (do patrimônio estatal) (NETTO, 2012, p. 417). O sistema neoliberal demonstra-se tão perverso que, faz tudo isso a partir da

ganância, fazendo ainda com que os próprios trabalhadores sejam corresponsáveis, simplesmente por ter de suprir suas necessidades humanas básicas, pela necessidade de sobreviver, se submetendo a empregos humilhantes e desumanos e com acesso cada vez mais reduzido aos serviços públicos e aos seus direitos, visto que o Estado se torna cada vez mais reduzido para os trabalhadores e mais ampliado para o capital.

Além da crise estrutural e da implementação do neoliberalismo, também se constituiu, nessa nova temporalidade histórica, uma nova forma de produção, a maquinofatura, produto das revoluções tecnológicas do capitalismo tardio (ALVES, 2013). Nas palavras do autor:

Ocorreu a explicitação de duas determinações que consideramos fundamentais e fundantes da nova temporalidade histórica do capital: a constituição de uma nova forma de produção do capital, que denominamos de maquinofatura, e o desenvolvimento da crise estrutural de valorização do valor, que se manifesta principalmente na financeirização da riqueza capitalista e hegemonia do capital financeiro na dinâmica de acumulação de valor. (ALVES, 2013, p. 236)

A maquinofatura é compreendida como uma nova forma de produção do capital, e surgiu como determinação da base técnica do sistema de produção de mercadorias, implicando inevitavelmente na constituição de uma nova relação homem com a natureza, visto que diante da “perspectiva histórico-materialista, a técnica como tecnologia ou, ainda, a tecnologia como forma social da técnica, é uma mediação necessária do metabolismo social” (ALVES, 2013, p. 237).

Desse modo, a maquinofatura é uma nova transformação técnica da produção da vida social que alterou, nas condições da dominação da forma- capital, o controle do metabolismo social. Na verdade, o revolucionamento do modo de produção implica, cada vez mais, o revolucionamento do modo de vida, isto é, o revolucionamento de todas as relações sociais (ALVES, 2013, p. 237).

Portanto, considera-se que a maquinofatura se constitui como uma nova forma tecnológica de produção do capital baseada na rede informacional, sendo, portanto, o revolucionamento do homem-e-da-técnica, ou o revolucionamento da própria relação homem-técnica (ALVES, 2013). Isso porque a maquinofatura nada mais é do que a junção do trabalhador, o qual já estava inserido num processo de trabalho industrial, com características utilizadas pelo empregador, para que o mesmo se tornasse dependente/alienado deste modo de produção, produzindo de forma técnica a mais-valia para os donos dos meios de produção. Não satisfeito com esta soma, o MPC adiciona a gestão, como uma forma maior ainda de controle sobre o trabalhador e sobre a expropriação de sua mão de obra, ou seja, a maquinofatura colocou a necessidade da gestão como “captura” da subjetividade do trabalho vivo, nexos essenciais do toyotismo como inovação organizacional, e revolucionou assim, a relação homem-máquina. (ALVES, 2013).

Em outras palavras, com o surgimento de uma nova base técnica do sistema capitalista,

a introdução da maquinaria complexa, se propicia um novo salto da integração real do trabalho ao capital. Ele exige, como pressuposto formal ineliminável, os princípios do toyotismo, no qual a captura da subjetividade operária é uma das condições do próprio desenvolvimento da nova materialidade do capital, pois “sob o toyotismo, a alienação do trabalho encontra-se, em sua essência, preservada” (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 346).

Para melhor apreensão acerca do modelo de gestão toyotista, parte-se de Antunes e Alves (2004), que referem que se procura reconstituir a hegemonia do capital, instaurando, de modo total, a inserção real da subjetividade operária pela lógica do capital. Da mesma forma como era na manufatura, ele tenta reconstituir o “velho nexos psicofísico do trabalho profissional qualificado – a participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalho” (Gramsci, 1985 apud ANTUNES; ALVES, 2004, p. 345). Ou seja, ele captura o físico e o subjetivo (psicológico) dos trabalhadores e usa a seu favor, fazendo com que o mesmo se sinta “pertencente” à empresa. Por meio da articulação entre consentimento operário e controle do trabalho, restringindo o nexos da hegemonia do capital à produção.

Ainda de acordo com os autores, no toyotismo, a tendência é ocorrer uma racionalização do trabalho que, por se organizar sob o capitalismo manipulatório, se estabelece por meio da inserção do trabalho assalariado na produção do capital. O toyotismo, portanto, pertence à mesma lógica de racionalização do trabalho do taylorismo/fordismo, para o qual podemos assim considerá-lo como uma continuidade de ambos. Em contrapartida, ele tende a surgir como um controle do elemento subjetivo da produção capitalista, que estaria posto no interior de uma nova integração real do trabalho ao capital – o que seria uma descontinuidade com relação ao taylorismo/fordismo (ANTUNES; ALVES, 2004). Se o fordismo expropriou o saber-fazer do operário para a esfera da gerência científica, para os níveis de construção, o toyotismo tende a *re-transferi-lo* para a força de trabalho, “mas o faz visando a apropriar-se crescentemente da sua dimensão intelectual, das suas capacidades cognitivas, procurando envolver mais forte e intensamente a subjetividade operária” (ibid., p. 347).

Não de forma diferente, em se tratando de Brasil, e do redesenho que vai conformando uma nova morfologia do trabalho, Antunes (2014) refere que ao incorporar o toyotismo, esta nova morfologia do trabalho herda características de outros modelos de gestão do trabalho, combinando elementos do fordismo (vigentes em vários ramos e setores produtivos), e apresentando, contemporaneamente novas características a partir da reestruturação produtiva, resultando na acentuação da precarização da classe trabalhadora a partir da sua combinação com:

Uma nova pragmática pautada pela acumulação flexível, pela empresa enxuta (*lean production*), pela implantação de programas de qualidade total e sistemas *just-in-time* e *kanban*, além da introdução de ganhos salariais vinculados à lucratividade e à produtividade (como o PLR, programa de participação nos lucros e resultados) [...] (ANTUNES, 2014, p. 40)

Desta forma, sob protocolos que se adaptam fortemente aos interesses do capital financeiro e do ideário neoliberal, “[...] isso acabou possibilitando uma reestruturação produtiva de grande intensidade no Brasil, que teve como consequências a ampliação da flexibilização, da informalidade e da precarização da classe trabalhadora” (ANTUNES, 2014, p. 40). Assim:

Os trabalhos em equipes, os círculos de controle, as sugestões oriundas do chão da fábrica, são recolhidos e apropriados pelo capital nessa fase de reestruturação produtiva. Suas ideias são absorvidas pelas empresas, após uma análise e comprovação de sua exequibilidade e vantagem (lucrativa) para o capital (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 347).

Porém, o processo não se restringe a essa dimensão, visto que parte do saber intelectual do trabalho é transferida para as máquinas informatizadas, que se tornam ainda mais inteligentes. Entretanto, a máquina não pode eliminar o trabalho humano, pois ela carece de uma maior interação entre a subjetividade que trabalha e o novo maquinário inteligente. Logo, surge o envolvimento interativo que torna ainda maior o estranhamento do trabalho, aumentando as formas modernas de fetichismo, afastando ainda mais a subjetividade do exercício do cotidiano (ANTUNES; ALVES, 2004). Mesmo não podendo substituir a força de trabalho, é importante mencionar que com o avanço da tecnologia, houveram mudanças no trabalho, podendo-se notar a expansão das empresas de *call centers*, *telemarketing* e das empresas de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC). Segundo Antunes (2014), cada vez mais imprescindíveis para a redução do tempo de circulação do capital, acabou por incentivar a expansão de um novo proletariado de serviços, o *infoproletariado*. (ANTUNES; BRAGA, 2009).

Percebe-se, portanto, uma contradição na era da informatização em que o avanço tecnológico acirra ainda mais a informalização do trabalho “[...] presente na ampliação dos terceirizados, subcontratados, flexibilizados, em tempo parcial, teletrabalhadores, ampliando o universo do trabalho precarizado. Com novas formas de promover a precarização do trabalho, o capital consegue, “[...] novas modalidades de exploração intensificada do trabalho, combinadas com um relativo avanço tecnológico em um país dotado de um enorme mercado consumidor, tornaram-se elementos centrais da produção capitalista no Brasil” (ANTUNES, 2014, p. 41). Ou seja, este “relativo avanço tecnológico” é utilizado somente para os interesses do próprio capital, fazendo com que somente os detentores dos meios de produção sejam beneficiados.

Por sua vez, com a ampliação da informalização do trabalho, flexibilização produtiva, as desregulamentações, as novas formas de gestão do capital, expansão das terceirizações e da informalidade, desenhou-se uma nova fase do capitalismo no Brasil (ANTUNES, 2014). A partir da exposição acerca da crise estrutural, na maquinofatura e do Toyotismo, considera-se que:

No tempo histórico da maquinofatura e da crise estrutural de valorização do valor, ocorreu a amplificação daquilo que denomino “condição existencial de proletariedade” (ALVES, 2007; 2013), que implica – nas condições ideológicas vigentes do capitalismo manipulatório que obstaculiza a formação da consciência de classe – não o surgimento da “classe” como sujeito histórico, mas sim a emergência da “multidão” e do “povo” (ALVES, 2013, p. 239)

Portanto, apreende-se que “do mesmo modo que a posição da maquinofatura não é tão somente uma posição técnica, a posição da crise estrutural de valorização do valor não é somente uma posição econômica” (ALVES, 2013, p. 239), pois o que ambas possuem em comum é a instituição de uma nova relação de força e poder entre as classes sociais no mundo do capital. Isso porque essas novas determinações estruturais postas pelo tempo histórico alteraram efetivamente a forma de ser da precarização do trabalho. “A precarização do trabalho é um traço estrutural do modo de produção capitalista, possuindo, entretanto, formas de ser no plano da efetividade histórica” (ALVES, 2013, p. 236).

Considerando o até então exposto, Antunes (2014) analisa diferentes setores produtivos, e evidencia que em determinada indústria automobilística, a partir de 2008, houve uma clara articulação entre as diferentes formas de exploração do trabalho, causadas pela aceleração intensa de atividade laborativa, causando aumento de adoecimentos do trabalho e de altos índices de acidentes em um período de crise.

Nesse processo, houveram demissões diretas, novos pisos salariais reduzidos, maior ritmo e intensidade do trabalho, com a introdução de novos mecanismos de medição e padronização de atividades, com o objetivo de redução do tempo das operações, houve maior robotização do processo produtivo, intensificação de sistemas de metas e resultados, com destaque para a Participação nos Lucros e Resultados (PLR), além de maior controle nos sistemas de avaliação, individuais ou das equipes de trabalho. Com esse novo ritmo de intensidade do trabalho, houve também a intensificação da redução do “tempo morto” de trabalho, onde os funcionários tiveram a reorganização dos ciclos de operações. Com o tempo do ciclo de operações reduzido, o trabalho do funcionário se intensifica.

Tais condições aumentam o medo que começa a fazer parte da rotina do operário, trazendo um risco ainda maior como o aumento da possibilidade deste operário sofrer um acidente, como também, de desenvolver doenças psíquicas. Desta forma, além da destruição do

corpo produtivo, são produzidas também manifestações importantes de sofrimento e adoecimento psíquico decorrentes do trabalho, por sentimento de descartabilidade e de inutilidade. Parafraseando Antunes (2014), a empresa também realiza avaliações das equipes de trabalho que, além de obrigar os operários a uma maior intensidade e ritmo de produção, provoca uma divisão ainda maior entre os trabalhadores (mais produtivos e mais improdutivos). Esta forma de avaliação faz com que os próprios trabalhadores passem a exigir de seus colegas uma produção maior, sem que percebam a perversidade deste método.

O autor discorre também sobre as inúmeras Lesões por Esforço Repetitivo (LER), as quais afetam o corpo produtivo dos trabalhadores e trabalhadoras e que acabam por muitas vezes incapacitando-os definitivamente para o trabalho. A intensificação do trabalho se torna uma engrenagem para o aumento da exploração do trabalho, a qual se apropria do valor criado pelo trabalho e o descarta quando sua produtividade já não acompanha o ritmo da produção. Nos setores de produção por quantidade, identifica-se também uma intensificação do trabalho, visto que a remuneração varia em decorrência da produção diária realizada. Assim, com esse sistema de remuneração, os empresários se beneficiam, uma vez que “[...] o aumento da produção também "interessa" aos trabalhadores, que querem receber mais e para tal produzem em ritmo o mais intenso possível, diferentemente do sistema de trabalho pago por jornada, em que o pagamento independe diretamente do que foi produzido” (ANTUNES, 2014, p. 45).

Ainda existe outro elemento que configura a superexploração do trabalho: o cálculo do que foi produzido. Segundo Antunes (2014), a contabilização da produção não é realizada pelos trabalhadores, mas sim por funcionários, sendo assim, este cálculo do que foi produzido é frequentemente burlado, claro que a favor de quem contrata a mão de obra causando, portanto, adoecimentos, mutilações e o envelhecimento precoce. A necessidade de aumento da produção provoca o prolongamento de sua longa jornada de trabalho, corroborando ainda mais com a superexploração, além de reforçar a concorrência entre os trabalhadores. A consequência dessa superexploração cotidiana no trabalho, se torna devastadora para os trabalhadores pois:

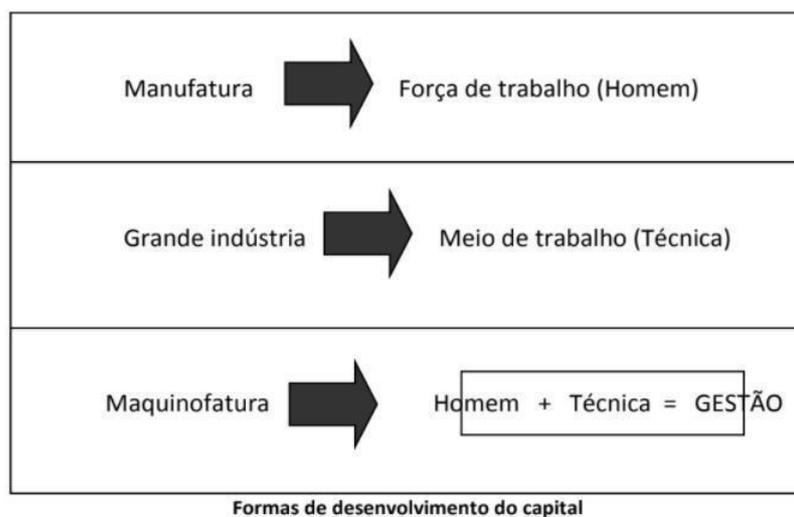
[...] eles se tornam corresponsáveis pelo volume da produção, respondem pela intensidade que vão imprimir na produção, quantas pausas querem fazer e, ao fim, o quanto vão receber de salário (até quando seu corpo produtivo suportar). Além de aumentarem significativamente o lucro e a mais-valia das empresas, tem-se o aumento das doenças decorrentes do excesso de trabalho, tais as inúmeras mutilações do seu corpo produtivo, os acidentes e mortes no trabalho, traços do nosso *karoshi tropical* (ANTUNES, 2014, p. 45-46).

Portanto, segundo Antunes (2014), a dinâmica do padrão de acumulação capitalista pautada em um processo de superexploração da força de trabalho, o qual se caracteriza por baixos salários, ritmos de produção intensificados, jornadas de trabalho prolongadas,

combinando uma extração tanto da mais valia absoluta onde os donos dos meios de produção exigem uma produção maior, sem oferecer nenhum pagamento em troca e recebendo em lucro o aumento da produção, quanto da mais valia relativa, onde a mão de obra humana é trocada por mão de obra mecânica. Esta combinação possibilita uma reestruturação produtiva de grande intensidade no Brasil, que teve como consequências a ampliação da flexibilização, da informalidade e da precarização do trabalho.

A classe trabalhadora que engloba o conjunto dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda de sua força de trabalho em troca de salário, na indústria, na agricultura e nos serviços, bem como nas interconexões existentes entre esses setores, como na agroindústria, nos serviços industriais, na indústria de serviços, vêm desempenhando um papel de destaque, não só na agilização da circulação de informações, vitais para a reprodução do capital, como também no desencadeamento de novas lutas sociais e sindicais, representando então a nova morfologia no Brasil. De forma sintética, para melhor apreensão acerca das implicações das diferentes fases do capitalismo até aqui expostas, a Figura 3, a seguir, apresenta as implicações do desenvolvimento do capital ao trabalho:

Figura 3: As fases históricas do capitalismo



Fonte: ALVES, 2013, p 238.

Na figura 3 podemos observar as fases do capitalismo, as quais foram abordadas neste subtítulo. Entende-se a importância de apreender estas fases para que se possa compreender a

forma como o capitalismo se desenvolveu, e quais foram suas estratégias para conseguir se estabelecer/permanecer, e entender por qual motivo ele manteve diversas características desde a primeira fase. Além disso, foi possível identificar que para o desenvolvimento do capitalismo foram utilizados métodos diferentes para se desenvolver, dentre eles, a incorporação do fordismo, do taylorismo e do Toyotismo, que, de acordo com Batista (s/d), atuam como disciplinadores do trabalho, ou seja, o controle do processo de trabalho pela dinâmica da acumulação capitalista.

Diante disto, o capitalismo vem desde sempre se reinventando, como forma de continuar dominando a classe proletária, ou seja, continuar com o poder em suas mãos. Contudo, é válido mencionar que esse desenvolvimento não é esvaziado de resistência da classe trabalhadora ao MPC, visto que, assim como o capitalismo, a classe trabalhadora se reinventa também, para que possam ter uma vida mais justa, por meio da garantia e efetivação de seus direitos. Somam-se a essa luta, os/as Assistentes Sociais que também são classe trabalhadora, e portanto, também vivenciam os impactos gerados por essas transformações do modo de produção capitalista. No próximo subtítulo veremos algumas incidências da nova morfologia na categoria dos/as Assistentes Sociais.

2.2 O TRABALHO DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS FRENTE À NOVA MORFOLOGIA DO TRABALHO

Partindo do exposto até o momento, analisando todas as mudanças relacionadas ao mundo do trabalho, compreende-se a importância de pensar o exercício profissional do/a Assistente Social diante destas metamorfoses. Sendo assim, este trabalho visa trazer algumas particularidades desta inserção e dessa nova morfologia do trabalho para a categoria do Serviço Social. Para tanto, é importante situar que o Serviço Social tem sua origem na sociedade capitalista, como forma de resposta às expressões da questão social, já referida neste capítulo, derivada da contraditória relação capital *versus* trabalho. Trata-se de uma profissão “inscrita na divisão social e técnica do trabalho coletivo na sociedade” (IAMAMOTO, 2004, p. 22) que tem na questão social seu elemento fundante e matéria-prima de sua intervenção.

Vale lembrar que até o Congresso da Virada⁶, no Serviço Social o que predominava era

⁶Foi a partir do III CBAS, conhecido como Congresso da Virada, realizado em setembro de 1979, sob a das lutas políticas democráticas que se adensavam em toda a América Latina naquele período, que o Serviço Social brasileiro passou a incorporar o referencial marxista e produzir análises teóricas em uma perspectiva de totalidade, historicidade e criticidade (CFESS).

um projeto profissional conservador. A ruptura com o projeto conservador irá acontecer a partir do Movimento de Reconceitualização da profissão, com a expansão das lutas sociais e a vinculação de muitos assistentes sociais, alunos e professores partícipes dos movimentos pela democracia e pelos direitos. É no “[...] final da ditadura civil-militar, que ocorre no interior do Serviço Social a tomada da direção intelectual e política em busca da ruptura com o conservadorismo” (CARDOSO, 2016, p. 444). A partir disso, nos anos de 1980 registra-se uma virada na profissão, com base em estudos científicos críticos e o aprofundamento da mediação da profissão com o marxismo. A compreensão do Serviço Social como especialização do trabalho coletivo, dentro da divisão social e técnica do trabalho é inaugurado a partir da produção de Marilda Vilela Iamamoto e Raul de Carvalho nos anos 1980⁷. Este veio analítico é uma contribuição a partir da teoria social de Marx, reconhecendo o assistente social como trabalhador assalariado (IAMAMOTO, 2004).

Segundo Iamamoto (2004), após a ruptura com a concepção predominante, a proposta curricular, em debate, contém os elementos que representam esse rompimento, como: “considerar a questão social como base de fundação sócio-histórica do Serviço Social e o segundo é apreender a ‘prática profissional’ como trabalho e o exercício profissional inscrito em um processo de trabalho” (IAMAMOTO, 2004, p. 56). Em outras palavras, embora regulamentada como uma profissão liberal, o Serviço Social não se realiza como tal, pois precisa vender a sua força de trabalho, o que acaba interferindo em uma “relativa autonomia” (IAMAMOTO, 2004) em sua intervenção profissional, “limitada pelas instituições empregadoras que compram sua força de trabalho em troca de um salário, detentoras dos meios e instrumentos necessários para a realização de sua prática” (BENEVIDES, 2015, p. 2).

Essa contribuição nos permite afirmar que não existe um processo de trabalho específico do Assistente Social, pois conforme apresenta Iamamoto (2004), o Assistente Social não detém de todos os meios necessários para a realização de seu trabalho, sejam eles financeiros, técnicos e humanos necessários ao exercício profissional autônomo. Portanto, a condição de “trabalhador assalariado não só enquadra o Assistente Social na relação de compra e venda da força de trabalho, mas molda a sua inserção sócio-institucional na sociedade brasileira” (IAMAMOTO, 2004, p. 63). Dessa forma, compreende-se que a instituição não é um condicionante a mais do trabalho do Assistente Social, mas ela organiza o processo de trabalho do qual ele participa.

⁷Ver “Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica” – Marilda Vilela Iamamoto e Raul de Carvalho.

Como já mencionado, o objeto de intervenção do Assistente Social são as expressões da questão social. Isso porque, “qualquer processo de trabalho implica uma matéria-prima ou objeto sobre o qual incide a ação do sujeito, ou seja, o próprio trabalho que requer meios ou instrumentos para que possa ser efetivado” (IAMAMOTO, 2004, p. 61). Assim dizendo, todo processo de trabalho incide sobre uma matéria-prima ou objeto. Tendo como objeto de trabalho a questão social, o Serviço Social intervém nas suas expressões que provocam a necessidade da ação profissional. Dessa forma, torna-se imprescindível pesquisar e conhecer a realidade, pois isso significa “[...] conhecer o próprio objeto de trabalho, junto ao qual se pretende induzir ou impulsionar um processo de mudanças” (IAMAMOTO, 2004, p. 62).

Logo, o Assistente Social é proprietário de sua força de trabalho especializada, que só se transforma em trabalho concreto quando aliada aos meios necessários à sua realização, como recursos financeiros, materiais e humanos necessários à realização deste trabalho concreto. Entretanto, o assistente social ingressa como parte de um trabalho coletivo e, nesse sentido, insere-se em processos de trabalho, não possuindo seu próprio e individual processo de trabalho, uma vez que necessita de meios para materializá-lo. Para decifrar com maior clareza a realidade e conseqüentemente, para que se possa tomar uma condução melhor da sua ação e do seu trabalho, o Assistente Social se utiliza de meios e instrumentos. A instrumentalidade, por sua vez, contempla as três dimensões do Serviço Social: *teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo*.

Ora, como dito anteriormente, os Assistentes Sociais não detêm todos os meios necessários para o seu trabalho, dependendo, assim, das instituições empregadoras. Os meios ou instrumentos de trabalho, que fortalecem a ação do sujeito sobre o objeto, e o próprio trabalho voltado a um fim, que tem como resultado um produto.

Como produto de sua intervenção, o trabalho do Assistente Social tem impacto nas condições materiais, objetivas e sociais daqueles, cuja sobrevivência depende do trabalho. Assim dizendo, produz impacto no processo de reprodução da força de trabalho, a qual é única que ao ser colocada em ação cria mais valor do que ela custou. Em outras palavras, é ela que está no centro do segredo da criação da riqueza social na sociedade capitalista” (IAMAMOTO, 2004, p. 67). Portanto, o Serviço Social interfere na reprodução da força de trabalho por meio dos serviços sociais previstos em programas, os quais estão em áreas como: saúde, educação, condições habitacionais, entre outras. Assim sendo, o Serviço Social é socialmente necessário porque ele atua sobre questões que dizem respeito à sobrevivência social e material dos setores dominantes da população trabalhadora. Ele viabiliza o acesso não só a recursos materiais, mas suas ações incidem nas condições de sobrevivência dessa população. Então, não restam dúvidas

de que o Serviço Social tem um papel no processo de reprodução material e social da força de trabalho, entendendo o processo de reprodução como movimento da produção da sua continuidade. O trabalho do Assistente Social vai além de viabilizar acesso a algo que é material, este profissional incide no campo do conhecimento, dos valores, dos comportamentos, da cultura, que, por sua vez, têm impactos reais interferindo na vida dos sujeitos (IAMAMOTO, 2001).

Segundo Raichelis (2011), nas últimas três décadas foi possível notar um avanço significativo do Serviço Social brasileiro, de aprofundamento e renovação teórico-metodológica e ético-política, qualificação da sua produção científica, assim como o fortalecimento de entidades científicas e de representação política. Entretanto, de acordo com a autora essa dinâmica de flexibilização/precarização do trabalho atinge também o trabalho do assistente social, nos diferentes espaços institucionais em que é exercido, pela insegurança do emprego, precárias formas de contratação, intensificação do trabalho, desvalorização dos salários, pressão pelo aumento da produtividade e de resultados imediatos, ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo, falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira, ausência de políticas de capacitação profissional, entre outros.

Nessa perspectiva, a questão da “[...] superexploração e do desgaste físico e mental no trabalho profissional é um tema novo, pouco debatido, pouco pesquisado, portanto pouco conhecido pelo Serviço Social e seus trabalhadores [...]” (RAICHELIS, 2011, p. 426), e que conseqüentemente não apresenta acúmulo na literatura profissional. Ainda de acordo com a autora, percebe-se:

[...] certamente em função da centralidade da classe operária na produção capitalista e dos inúmeros estudos sobre os impactos da reestruturação produtiva nas relações e condições de trabalho desta classe, é o assistente social analisar (e indignar-se) frente à exploração e ao desgaste a que são submetidos os trabalhadores assalariados, mas estabelecendo com estes uma relação de exterioridade e de não pertencimento enquanto um segmento desta mesma classe (RAICHELIS, 2011, p. 426).

Ressalta-se que o/a assistente social, assim como qualquer outro trabalhador, vende sua força de trabalho “[...] em troca de um salário, submetido aos dilemas e constrangimentos comuns a todos os trabalhadores assalariados [...]” (RAICHELIS, 2011, p. 426), sendo pertencente à mesma classe trabalhadora e por consequência, também vivencia a precarização do trabalho. Dentro dessa perspectiva, o próximo subtítulo busca sistematizar algumas produções que caracterizam o trabalho do Assistente Social frente à nova morfologia do trabalho, já contextualizada neste capítulo.

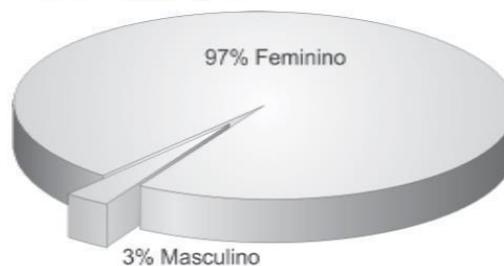
2.2.1 Caracterizando o trabalho dos/as assistentes sociais na contemporaneidade: desvendando desafios e possibilidades

Neste item serão abordadas reflexões acerca do trabalho do/as Assistentes Sociais, a partir de dados oriundos da pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)⁸ em 2004⁹, publicada no ano seguinte, a partir da qual se dará ênfase ao perfil do/a trabalhador/a Assistente Social no Brasil, para que possamos identificar algumas características destes/as trabalhadores/as e suas condições de trabalho na contemporaneidade. Compreendemos, contudo, que a partir da data da pesquisa, muitos dados podem ter sofrido alterações em decorrência das novas incidências do capitalismo no mundo do trabalho.

Sendo assim, em relação ao perfil do/a trabalhador/a Assistente Social, inicialmente identifica-se que se trata de um perfil majoritariamente de mulheres, conforme é possível visualizar na Figura 4, a seguir:

Figura 4: Perfil geral - Sexo

GRÁFICO 1 - PERFIL GERAL: SEXO



Dados de Maio/2004

Fonte: CFESS (2005)

De acordo com os indicadores extraídos do CFESS (2005), representados na Figura 4, o percentual predominante na profissão, ou seja, 97%, é feminino, e apenas 3% masculino, confirmando a tendência histórica da profissão, a qual teve sua constituição feita principalmente por mulheres. Segundo Montañó (2009), o Serviço Social como profissão altamente feminina, “tem, neste fato, o seu primeiro elemento de subalternidade, na medida em que se insere em

8 O CFESS é uma autarquia pública federal que tem a atribuição de orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício profissional do/a assistente social no Brasil, em conjunto com os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS). Para além de suas atribuições, contidas na Lei 8.662/1993, a entidade vem promovendo, nos últimos 30 anos, ações políticas para a construção de um projeto de sociedade radicalmente democrático, anticapitalista e em defesa dos interesses da classe trabalhadora. (CFESS).

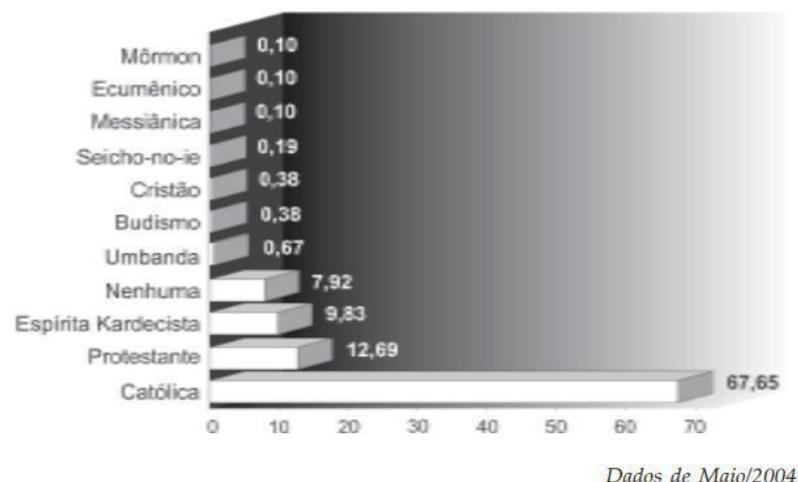
9 Cabe referir que a última pesquisa realizada pelo CFESS foi no ano de 2019, porém os dados ainda não foram publicados.

sociedades marcadas e regidas por padrões patriarcais e “machistas” (MONTAÑO, 2009, p. 99). Ainda de acordo com o autor, a inserção da mulher no mercado de trabalho “não pode ser explicada senão a partir de uma tensa e contraditória luta feminista por ampliar seus espaços na sociedade” (MONTAÑO, 2009, p. 100). O autor ainda refere a luta “tensa e contraditória”, que de fato foi contraditória a conquistas das mulheres no âmbito social, pois “[...] paralelamente significou para o capital contar com mão-de-obra mais barata e com menores custos para a reprodução da força de trabalho” (ibid.). Ou seja, o modo de produção capitalista apropriou-se inclusive desta conquista das mulheres, pois subalternizou a mão de obra feminina dentro do modo de produção, onde elas ocupam cargos iguais aos dos homens, produzem durante a mesma carga horária, mas recebem salários inferiores mesmo que reproduzindo as mesmas funções que os homens.

No entanto, ainda em conformidade com o autor, se “o Serviço Social se constituiu num espaço de inserção social e ocupacional para as mulheres, ele não foi suficiente para colocar a mulher numa posição de igualdade (social, ocupacional e política)” (MONTAÑO, 2009, p. 100). Sendo assim, a profissão também não pôde romper com sua condição subalterna na relação com as “profissões masculinas”. Desse perfil majoritário de mulheres, é possível verificar, a partir da Figura 5, que a maioria destes profissionais possuem vinculação religiosa.

Figura 5: Perfil geral - Religião

GRÁFICO 3 - PERFIL GERAL: RELIGIÃO



Fonte: CFESS (2005)

No que tange à religião, a maioria dos/as entrevistados/as se autodeclara católicos/as,

confirmando novamente a tendência histórica da profissão. Isso porque, retoma-se que o processo de constituição da profissão deu-se por meio de “ideias e conteúdos doutrinários do pensamento social da Igreja Católica, em seu processo de institucionalização no Brasil” (YAZBEK, 2001 p. 3). Durante esse processo, diferentes posicionamentos permearam o pensamento e a ação profissional do Serviço Social em sua trajetória, dos quais alguns ainda persistem até os dias atuais com novas articulações, expressões e redefinições (YAZBEK, 2011). Como visto anteriormente, houve uma intenção de ruptura com o projeto profissional conservador, porém, atualmente, podemos observar, Assistentes Sociais que vinculam sua ação profissional aos princípios cristãos, reforçando, assim, posicionamentos conservadores, os quais muitas vezes moralizam questões de gênero, raça, abuso, violência doméstica, entre outros, bem como reproduzem a lógica do voluntariado e da caridade.

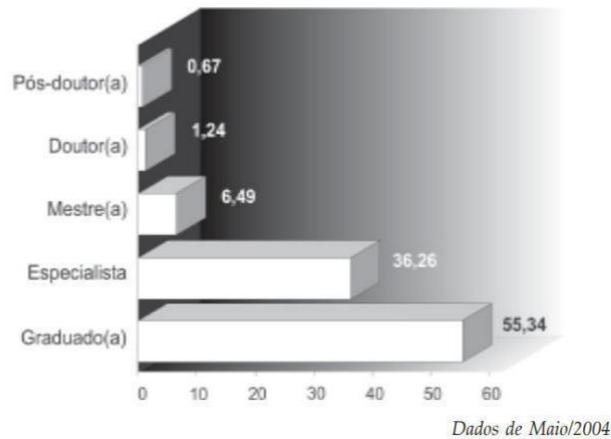
Em conformidade com o exposto, na atualidade existe um discurso dominante no neoconservadorismo, que é o da naturalização e moralização da criminalidade, com práticas de encaminhamento seletivas, baseadas em critérios que envolvem avaliações morais e de condição social. Sendo assim, compreende-se que todos estes posicionamentos se contrapõem ao Código de Ética Profissional de 1993 e à Lei de Regulamentação da Profissão, e, portanto, ao Projeto Ético-Político profissional.

No entanto, cabe mencionar que a categoria não está isenta de processos de alienação, pois não podemos ignorar que o conservadorismo tem raízes históricas na profissão, a qual “[...] para parcela da categoria, trata-se de uma opção política conscientemente adotada” (BARROCO, 2011, p.213). Portanto, é preciso atenção a essa característica, pois, na atualidade, a “reatualização do conservadorismo é favorecida pela precarização das condições de trabalho e da formação profissional, pela falta de preparo técnico e teórico, pela fragilização de uma consciência crítica e política” [...] (BARROCO, 2011, p. 212), o que pode ocasionar a procura de respostas pragmáticas, de técnicas e ações imediatistas e fragmentadas. Para isto, “o assistente social deve estar capacitado para enfrentar esse discurso, de forma a não reproduzi-lo reeditando o conservadorismo profissional, a não atender às novas requisições do estado policial, para não incorporá-las exercendo a coerção” (BARROCO, 2011, p. 213).

Nesse sentido, destaca-se a importância de uma formação qualificada, assunto que será discutido a partir da Figura 6, a seguir.

Figura 6: Formação/ Titulação dos/as Assistentes Sociais

GRÁFICO 17 – FORMAÇÃO/TITULAÇÃO



Fonte: CFESS (2005)

Sobre a formação profissional dos/as assistentes sociais constata-se que a maioria ainda não teve acesso à pós-graduação, visto que 55,34% possuem apenas a graduação, em seguida (36,26%) são especialistas e os/as que são mestres/as doutores/as e pós-doutores/as possuem percentuais inferiores, revelando que a graduação ainda é mais acessível. Acerca desses dados, de acordo com Duarte (2019), no Brasil, atualmente existem determinações estruturais e conjunturais do padrão atual de acumulação capitalista que comandam o processo de ampliação da educação superior como “serviço não exclusivo do Estado”, em negação à garantia da educação como direito. Em concordância:

Predomina o ensino privado em instituições não universitárias, o que compromete a integração entre ensino, pesquisa e extensão. Isso ocorre em um contexto no qual o ensino superior passa ser visto como “negócio educativo” e não como direito social (IAMAMOTO, 2017, p. 32).

Neste cenário, “sob o comando dos interesses privados dos grupos empresariais, que cada vez mais assumem esse nível da educação no país, vem se constituindo como um dos impactos da regressão de direitos sociais” (DUARTE, 2019, p. 162). Muitas destas características são potencializadas, de acordo com Iamamoto (2017), pela expansão acelerada do ensino superior privado (particularmente o EAD), resultando em implicações principalmente na qualidade acadêmica da formação, “[...] no aligeiramento no trato da teoria, na ênfase no treinamento e menos na descoberta científica” (IAMAMOTO, 20117, p. 32), que atinge, sem medidas, também a formação em Serviço Social.

Desta forma, a mercantilização da educação acaba resultando em um ensino precário e conseqüentemente, afeta na formação e atuação desses futuros profissionais, os quais têm acesso a uma educação e condições de trabalho precarizadas. Isso acontece, pois, o modo de

produção capitalista não tem interesse em que estes trabalhadores se qualifiquem e que trabalhem a partir de uma perspectiva crítica, mas sim em trabalhadores que sejam meros reprodutores e executores de tarefas rotineiras e que não questionem o instituído. Aqui apreendemos de que forma o MPC subalterniza a classe trabalhadora. Ao contrário desse movimento de retrocessos, a herança do processo de renovação da profissão, com a construção do Projeto Ético-Político Profissional como herdeiro desse processo, possibilita o:

Acesso à continuidade da luta dos profissionais e das suas entidades representativas, construindo os caminhos para a resistência na atualidade, voltada especialmente para a defesa de uma educação superior de qualidade, como direito social e que atenda aos interesses da classe trabalhadora (DUARTE, 2019, p. 163).

Nessa perspectiva, em relação à busca pela qualidade da própria formação profissão em Serviço Social, é válido retomar que, segundo Benevides (2018), no decorrer dos 80 anos de profissão no Brasil:

O Serviço Social buscou construir e consolidar um projeto de formação profissional que apreendesse as exigências e requisições profissionais, especialmente, a partir da compreensão do Serviço Social no contexto de produção e reprodução das relações sociais capitalistas, isto é, com base no movimento da realidade concreta e contraditória (BENEVIDES, 2018, p. 2).

Urge consolidar o projeto de formação que foi fundamentado nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, o qual explicita as exigências curriculares para o processo de formação profissional, que são capazes de subsidiar os aportes teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, essenciais para o fazer profissional e que:

Possibilitem a construção de um perfil profissional dotado de capacidade e habilidade crítica, política e propositiva, que sejam capazes de estabelecerem estratégias de enfrentamento consistentes e em consonância com os princípios e valores fixados no projeto ético-político, de forma a estabelecer os objetivos do Serviço Social nos espaços socioprofissionais (BENEVIDES, 2018, p. 2).

Ou seja, de acordo com Raichelis (2011), na perspectiva do projeto ético-político, o exercício profissional exige que o profissional seja qualificado, bem como:

[...] possua a capacidade de realizar um trabalho complexo, social e coletivo, que tenha competência para propor, negociar com os empregadores privados ou públicos, defender projetos que ampliem direitos das classes subalternas, seu campo de trabalho e sua autonomia técnica, atribuições e prerrogativas profissionais (RAICHELIS, 2011, p. 427).

Nessa direção, ressalta-se que o processo de reconhecimento deve atuar numa perspectiva democrática e emancipatória. De acordo com Raichelis (2011), isto supõe muito mais do que apenas a realização de rotinas institucionais, cumprimento de tarefas burocráticas ou a simples reprodução do que já foi instituído. Ou seja, não deve se orientar apenas pelo processo de utilização racional dos meios/recursos necessários para se alcançar objetivos

determinados, perspectiva baseada somente na dimensão técnica e operacional, mas também, fundamentar-se na base teórico-metodológica e orientar-se pela finalidade ético-política apresentada no projeto profissional, que abrange os compromissos e valores eleitos hegemonicamente pela categoria para a formação de uma sociedade democrática e emancipadora, vinculada ao projeto societário da classe trabalhadora (BENEVIDES, 2018).

Segundo Raichelis (2011), o assistente social deve ser capaz de realizar a apreensão crítica da realidade e do trabalho no contexto dos interesses sociais e da correlação de forças políticas que o tensionam; a construção de estratégias coletivas e de alianças políticas que possam reforçar direitos nas diferentes áreas de atuação (Saúde, Previdência, Assistência Social, Judiciário, organizações empresariais, ONGs, etc), na perspectiva de ampliar o protagonismo das classes subalternas na esfera pública. Diante do exposto acerca da precarização da formação, e da formação da maioria dos/as Assistentes Sociais não ter continuidade, pode-se afirmar que as condições de trabalho também implicam para a continuidade dos estudos. Geralmente o trabalhador que busca fazer uma graduação, trabalha durante o dia todo e a noite vai estudar. Resultando numa jornada dupla ou tripla, exaustiva que afeta a sua saúde física e mental.

Ressalta-se que, este trabalho foi escrito por uma trabalhadora sem vínculo empregatício formal, em um contexto de pandemia, que vivencia a precarização do trabalho e as diversas expressões da questão social geradas pelo modo de produção capitalista. Diante dessa afirmação, os próximos dados versarão sobre as condições de trabalho de Assistentes Sociais, para as quais, inicia-se pela natureza de ocupação, conforme Figura 7.

Figura 7: Natureza da instituição do principal vínculo empregatício

GRÁFICO 11 - NATUREZA DA INSTITUIÇÃO DO PRINCIPAL VÍNCULO EMPREGATÍCIO



Dados de Maio/2004

Fonte: CFESS (2005)

Os dados acima revelam que, em nível nacional, 78,16% dos assistentes sociais atuam em instituições públicas de natureza estatal, das quais 40,97% atuam no âmbito municipal, 24%, estaduais e 13,19%, federais, permitindo ser afirmado que o/a “assistente social no Brasil é majoritariamente um funcionário público, que atua predominantemente na formulação, planejamento e execução de políticas sociais com destaque às políticas de saúde, assistência social, educação, habitação, entre outras” (IAMAMOTO, 2011, p. 5). Em seguida, ainda de acordo com a análise da Iamamoto (2011), o segundo maior empregador são empresas privadas com 13,19% (o mesmo índice que as instituições federais), seguinte do terceiro setor, com 6,81% (contendo Organizações Não Governamentais (ONGs), entre outras).

A partir dos dados apresentados, e considerando a majoritária inserção de profissionais na esfera pública, é válido refletir que, em um contexto de crise, “as políticas sociais são os principais alvos da mercantilização, da focalização, da privatização, da transformação de bens e serviços em mercadorias destinadas a manter aquecido o consumo e a competitividade” (BOSCHETTI, 2017, p. 65). Isso porque apesar de as crises não interessarem a nenhum dos sujeitos sociais em presença na sociedade burguesa, nem aos capitalistas, nem aos trabalhadores, é evidente que seus impactos atingem diferentemente as classes, pois *os trabalhadores sempre pagam sempre o preço mais alto* ((NETTO; BRAZ, 2006).

Ou seja, ao mesmo tempo em que o sistema capitalista se desenvolve, ele também produz desigualdade. Estas crises incidem em mudanças no mundo do trabalho, quer dizer, novamente quem vai sofrer o ônus destas crises é o trabalhador. Exemplo disso é que as transformações no mundo do trabalho “[...] têm alterado as relações entre Estado e sociedade, redefinindo o papel dos Estados nacionais e alterando os parâmetros de constituição de seu sistema de proteção social, com ampla e profunda repercussão na órbita das políticas públicas[...]” (CEOLIN, 2014, p.250), e, portanto, amplo retrocesso dos direitos sociais. Inserido nesta realidade de trabalho, e aqui reforçamos a majoritária inserção nas instituições públicas, o/a Assistente Social se depara com diversos desafios, os quais esbarram cotidianamente em seu fazer profissional, na luta para assegurar direitos. Em outras palavras:

Os(as) Assistentes Sociais são duramente tencionados com exigências institucionais para endurecer critérios de elegibilidade, estabelecer ou ampliar condicionalidades e contrapartidas, focalizar benefícios e prestações assistenciais e previdenciárias, reduzir o nível dos benefícios sociais, desenvolver serviços sem as devidas condições financeiras e institucionais, transferir cuidados e proteção públicos às famílias e/ou organizações não governamentais, entre outras demandas que impõem intransponíveis limites à universalização das políticas e dos direitos (BOSCHETTI, 2017, p. 65).

De acordo com Raichelis (2011), no âmbito do Serviço Social, intensificam-se os

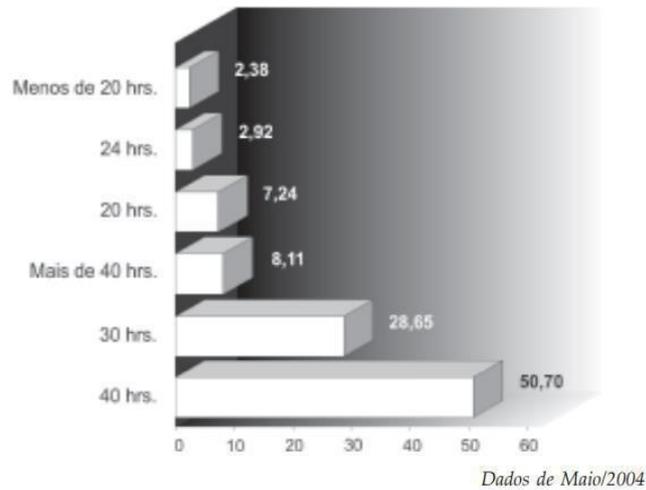
processos de terceirização, de subcontratação de serviços individuais por parte de empresas de serviços, de "cooperativas" de trabalhadores, na prestação de serviços aos governos e organizações não governamentais, temporário, por projeto, em função das novas formas de gestão das políticas sociais. As consequências da terceirização para o trabalho social são profundas, pois ela “desconfigura o significado e a amplitude do trabalho técnico realizado pelos assistentes sociais e demais trabalhadores sociais” (RAICHELIS, 2011, p. 432), assim como dificulta as relações entre a população, suas formas de representação e a gestão governamental, pela intermediação de empresas e organizações contratadas, entre outras. Além do mais, a minimização do Estado através da terceirização, repercute no aumento das instituições privadas e das organizações não governamentais, e por consequência reflete nos serviços prestados e também nos salários.

Ainda de acordo com a autora, o crescimento da informatização do trabalho, no caso do setor público, a exemplo do setor privado, as mudanças tecnológicas também estão sendo profundas em todos os níveis. “A incorporação da “cultura do gerencialismo” da empresa privada no setor público esvazia os conteúdos mais criativos do trabalho, desencadeando o desgaste criado pela atividade mecânica, repetitiva, que não instiga a reflexão” (RAICHELIS, 2011, p. 433). Em concordância com a autora, as tecnologias de informação intensificam os processos de trabalho, pois produzem um efeito mais controlador sobre o trabalho, como, quantificam as tarefas realizadas e essas estratégias de intensificação do trabalho vão sendo incorporadas gradativamente e talvez não estejam ainda claramente perceptíveis para o conjunto de trabalhadores, particularmente na esfera estatal (RAICHELIS, 2011).

Diante disso, por mais que seja necessária a incorporação das novas tecnologias de informação, deve-se problematizar os efeitos dessa revolução tecnológica no trabalho do Serviço Social e na relação dos Assistentes Sociais com os usuários e a população. Na figura a seguir veremos qual tem sido a carga horária de trabalho dos/as Assistentes Sociais no principal vínculo empregatício.

Figura 8: Carga horária de trabalho no principal vínculo

GRÁFICO 14 - CARGA HORÁRIA DE TRABALHO NO PRINCIPAL VÍNCULO



Fonte: CFESS (2005)

Como se pode observar no gráfico, a carga horária de trabalho predominante é de 40 horas, abrangendo 50,70% dos assistentes sociais, na sequência a jornada de 30 horas (28,65%). A carga de mais de 40 horas ocupa o terceiro lugar com 8,11%. Após a publicação dos dados, de acordo com o CFESS (2020), no dia 26 de agosto de 2010 era sancionada a Lei 12.317, que estabeleceu a jornada de trabalho para assistentes sociais em 30 horas semanais sem redução salarial. Para que o projeto de lei, que tramitava no Congresso Nacional, virasse lei, ainda de acordo com o Conselho (2020) foi necessária muita luta e mobilização da categoria, auxiliadas pela articulação das entidades representativas que foram fundamentais. Mesmo que não tenham sido publicados dados sobre a atualidade da carga horária de trabalho de assistentes sociais, a categoria enfrenta várias dificuldades para sua implementação e efetivação:

Inclusive o não reconhecimento de parte dos órgãos públicos sobre sua aplicabilidade, a Lei das 30 horas (como ficou conhecida) significou uma conquista histórica para o Serviço Social brasileiro, pois reconhece o grau de complexidade do exercício profissional de assistentes sociais junto à população nas inúmeras áreas que a categoria atua (CFESS, 2020).

Apesar das muitas barreiras a serem enfrentadas para a sua efetivação, esta conquista é um avanço muito significativo para a categoria, pois de acordo com CFESS (2020), por meio desta lei muitos profissionais assistentes sociais tiveram suas jornadas de trabalho reduzidas sem redução salarial, também se possibilitou o tempo livre destes profissionais para que pudessem ampliar suas fontes de rendimento e favoreceu a ampliação de contratação e realização de concursos públicos. De acordo com Raichelis (2011), diante de uma conjuntura

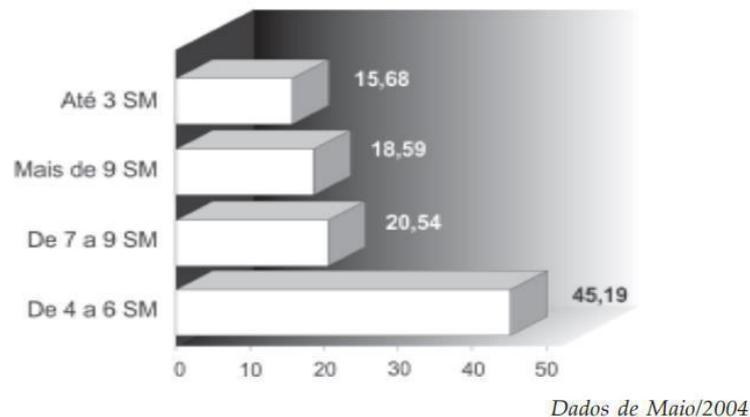
adversa à ampliação dos direitos do trabalho, a luta pela conquista das trinta horas é um movimento político dos mais importantes, pois ele está pautando inclusive a mobilização de outros profissionais, como os psicólogos:

Talvez este seja o movimento coletivo mais importante desses últimos anos em defesa de direitos do assistente social como trabalhador assalariado, mas que, como era de esperar, está sendo objeto de desconstrução por parte dos empregadores, exigindo da categoria profissional e de suas entidades políticas a adoção de diferentes estratégias coletivas para fazer valer esse direito para todos (as) os (as) profissionais do país (RAICHELIS, 2011, p. 434)

Diante disso, ressalta-se a importância de continuarmos na luta pela garantia e ampliação dos direitos trabalhistas, os quais estão sempre na mira dos empregadores para serem desmontados. Além disso, embora não se tenha dados específicos, acredita-se que a redução da jornada de trabalho tenha contribuído para a saúde desses trabalhadores e trabalhadoras, dada a natureza de seu trabalho, suscetível a fortes pressões cotidianas diante da agudização das expressões da questão social. Já que vimos sobre a carga horária do/a Assistente Social, na próxima figura veremos sobre a renda destes profissionais.

Figura 9: Renda total na área de Serviço Social

GRÁFICO 15 - RENDA TOTAL NA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL



Fonte: CFESS (2005).

De acordo com o gráfico acima, o nível salarial das(os) assistentes sociais em salários-mínimos¹⁰ (SM) está demarcado no intervalo de R\$ 960,00 a R\$ 1.440,00 (para 45,19%), de R\$ 1.680,00 a R\$ 2.160,00 (para 20,54%), de mais de R\$ 2.160,00 (para 18,59%) e de até R\$ 720,00 (para 15,68%). O salário que prevalece é entre 4 a 6 SM. Ou seja, de acordo com Raichelis (2011), na visão do capital e das classes dominantes “[...] o essencial de todos esses

¹⁰ Na época da pesquisa – maio de 2004 - o Salário Mínimo era de R\$ 240,00 (CFESS, 2005).

processos de intensificação e precarização é o aumento da degradação e da exploração do trabalho. Ou, em outros termos, reduzir o trabalho pago e ampliar o trabalho excedente, o que está na raiz do sofrimento do trabalho assalariado (RAICHELIS, 2011, 435). Em outras palavras, isso significa que os donos dos meios de produção colaboram para a intensificação e precarização do trabalho, para que o trabalhador produza cada vez mais, em condições exploratórias, para que eles continuem enriquecendo às nossas custas.

Os trabalhadores têm utilizado a luta de classes como instrumento para diminuir essa desigualdade, por meio da conquista de leis e normas que regulam a relação salarial, dificultando o poder do capital. Contudo, em se tratando do período em que os dados foram coletados, e das diversas mudanças que ocorreram após esse período, é importante considerar que a precarização salarial apontada por Alves (2013), mencionada no item 2.1.4 referente a maquinofatura tem se apresentado cada vez mais intensamente na atualidade. De acordo com Pereira (2018), a proposta de reforma trabalhista que resultou na Lei 13.467, de 2017, tramitou no momento de crise de representatividade vivenciada no Brasil. A reforma foi passada como uma mudança necessária e positiva para a sociedade, mas seu processamento e negociação acelerado por trás de aprovação, indica a participação inválida dos participantes sociais. A instabilidade política favorece a retirada de direitos, se tornando um cenário favorável para mudanças abruptas e novamente quem sofre o ônus é a classe trabalhadora.

Assim, a partir de alguns dados coletados da pesquisa do CFESS (2005), aqui apresentados brevemente, pode-se ter uma interpretação geral das relações de trabalho das(os) assistentes sociais em nível nacional e de algumas características significativas, detectadas pela pesquisa e ressaltadas por este trabalho. Porém para se ter a melhor compreensão de quem é o trabalhador Assistente Social brasileiro contemporâneo, ressalta-se estes significativos retrocessos que tivemos nos direitos trabalhistas, a precarização com certeza aumentou de 2005 até os dias atuais, principalmente no ano de 2020, ano em que estamos vivenciando uma pandemia.

Assim, a partir de alguns dados coletados da pesquisa do CFESS (2005), aqui apresentados brevemente, pode-se ter uma interpretação geral das relações de trabalho das(os) assistentes sociais em nível nacional e de algumas características significativas, detectadas pela pesquisa e ressaltadas por este trabalho. Porém para se ter a melhor compreensão de quem é o trabalhador Assistente Social brasileiro contemporâneo, ressalta-se estes significativos retrocessos que tivemos nos direitos trabalhistas, a precarização com certeza aumentou de 2005 até os dias atuais, principalmente no ano de 2020, ano em que estamos vivenciando uma

pandemia.

Diante desta realidade social, criam-se novas demandas (por exemplo: novas formas de precarização do trabalho) e desafios ao Serviço Social. Os profissionais Assistentes Sociais devem se manter atualizados e atentos para não acabar se institucionalizando e reproduzindo atitudes conservadoras, acríicas e imediatistas e, para isso, deve se ancorar no Projeto Ético-Político para nortear suas intervenções. Desta forma, o profissional deve se situar na totalidade histórica, para que “não caia no voluntarismo e pragmatismo tão presentes nos primórdios da profissão, e como estratégia interventiva fundamental para a socialização de informações e a construção de processos educativos junto aos usuários com quem trabalha” (BOSCHETTI, 2017, p.66).

Para isso o/a Assistente Social deve:

Re-descobrir alternativas e possibilidades para o trabalho profissional no cenário atual; traçar horizontes para a formulação de propostas que façam frente à questão social e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que a vivenciam, não só como vítimas, mas como sujeitos que lutam pela preservação e conquista da sua vida, da sua humanidade. Essa discussão é parte dos rumos perseguidos pelo trabalho profissional contemporâneo (IAMAMOTO, 2004, p. 75).

O profissional deve ter o domínio e a dimensão da sua relativa autonomia e de seu fazer profissional, por meio das “[...] triagens das elegibilidades, das governabilidades, das concessões dos laudos, das visitas controladoras, das definições de quem fica e quem não fica, de quem pode participar de um programa etc.” (YAZBEK, 2014, p. 687). Para isso o/a Assistente Social precisa ter domínio do Código de Ética (1993), dos seus princípios e diretrizes, para pautar sua intervenção, buscando a emancipação dos sujeitos, para que assim, consiga de fato, garantir direitos.

Sendo assim:

Em diferentes situações precisamos expressar que caminhamos profissionalmente junto aos nossos usuários, “sem deixar de lado os que vão mais devagar”, levando em conta o papel estratégico da comunicação e da informação para mostrar que não se está só na luta. Nesse âmbito evidencia-se a relevância da dimensão cultural e política do exercício da profissão (YAZBEK, 2014, p. 687).

A profissão também é desafiada pela necessidade de construir mediações políticas e ideológicas expressas por ações de resistência e de alianças estratégicas no jogo da política, dentro dos espaços institucionais e no cenário das lutas sociais. “Isso porque, como sabemos, a questão social é luta, é disputa pela riqueza socialmente construída” (YAZBEK, 2014, p. 686). A autora ainda traz como uma possibilidade, que nós, como profissionais Assistentes Sociais, precisamos buscar desenvolver práticas cotidianas de contestação e resistência, dentro dos

espaços institucionais onde atuamos profissionalmente, em busca de fortalecimento dos interesses e projetos de superação da condição subalterna. Ou seja, o Assistente Social, deve se ancorar no Código de Ética da profissão para tomar suas decisões, deve lutar pela garantia e ampliação dos direitos, trabalhar para a emancipação do usuário, pensando em possibilidades juntamente do sujeito.

Segundo Yazbek (2014), a superação da condição de subalternidade requer, para Gramsci, a construção de novos modos de pensar, a elaboração de uma concepção de mundo crítica e coerente, necessária para superar o senso comum e tornar as classes subalternas capazes de produzir uma contra-hegemonia. Este movimento da profissão, que “pode (ou não) realizar direitos de cidadania, segue uma direção social apoiada na força de um projeto profissional ético, político, teórico, metodológico e técnico operativo” (YAZBEK, 2014, p. 689-690). Entende-se que a inserção da profissão nas lutas sociais, em um âmbito mais amplo e coletivo de luta e resistência, tem o seu protagonismo, conquistas e desafios. Na medida em que novas situações colocam novos desafios e exigências, a profissão deve buscar atualizar-se, redirecionando seus procedimentos e estratégias de ação, adaptando-se às novas demandas e redefinições do mercado de trabalho e da conjuntura social.

Em tempos de agudização da barbárie, o Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro, construído coletivamente nos últimos quarenta anos, mostra-se como “uma renovada semente de esperança na luta contra todas as formas de exploração e opressão que intensificam a barbárie” (BOSCHETTI, 2017). O Projeto Ético-Político do Serviço Social, se constitui como uma bússola para enfrentar os desafios que a realidade impõe, pois é ancorado nos princípios da liberdade, equidade, compromisso com as lutas da classe trabalhadora, socialização da riqueza, recusa a todas as formas de discriminação e luta pela defesa intransigente dos direitos sociais. Ressalta-se que, para enfrentar os desafios postos pela realidade, devemos nos reconhecer enquanto classe trabalhadora, buscar formas de resistência, sempre embasados (as) no Código de Ética da profissão, onde consta que o profissional deve apoiar e/ou participar dos movimentos sociais, organizações populares vinculadas à luta pela consolidação, ampliação da democracia e dos direitos de cidadania.

No Código, orienta-se também que o profissional deve se articular com os movimentos de outras categorias profissionais, que partilhem dos mesmos princípios e com a luta geral dos/as trabalhadores/as, dentro dos espaços institucionais onde atuamos profissionalmente, na busca pelo fortalecimento dos interesses e projetos de superação da condição subalterna, buscando desenvolver práticas cotidianas de resistência.

As lutas são fundamentais para que possamos assegurar e exigir condições de trabalho

adequadas, não só ao Serviço Social, mas a todos/as trabalhadores/as. Ou seja, urge que mobilizemos a união da classe trabalhadora, a fim de despertar a sua autonomia e sua emancipação, a partir da consciência de sua condição enquanto trabalhadores que são explorados diariamente, para que se possa fazer o enfrentamento a este modo de produção tão perverso e desigual.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da temática “a nova morfologia do trabalho e o trabalho dos/as Assistentes Sociais” e do objetivo geral “compreender como se constitui a nova morfologia do trabalho e suas incidências/impactos ao trabalho dos/as Assistentes Sociais”, se buscará sintetizar, brevemente, o que foi abordado neste TCC. Primeiramente, buscou-se apreender como se constitui a nova morfologia do trabalho. Para isso, retomou-se a construção do percurso histórico em que se constituiu o capitalismo global, a partir do qual foi possível compreender sua historicidade, por meio da análise da categoria totalidade e fazendo uma leitura das suas particularidades, para que possa se compreender depois num todo.

No decorrer da constituição histórica do trabalho, na dinâmica do modo de produção capitalista, foi possível observar como este sistema vem se metamorfoseando e se reinventando, para continuar ampliando a exploração para a obtenção de mais-valia, que é expropriada dos trabalhadores, pertencendo assim, à classe dominante, dona dos meios de produção. Foi possível identificar sua perversidade e suas estratégias ao longo dos anos, para alienar a classe trabalhadora, capturando a sua subjetividade. Entretanto, com o aguçamento das desigualdades geradas pelo modo de produção capitalista, os trabalhadores se organizam e exigem melhorias. Diante disso, o Estado dá respostas por meio das políticas públicas e têm um papel intermediador, entre o capital e a classe trabalhadora.

Nas fases do capitalismo foi possível observar os processos de alienação e exploração, utilizados pela classe dominante, ao se reinventar e modificar suas estratégias para continuar sendo detentora dos meios de produção. Através de meios de controle da subjetividade de cada trabalhador, da captura do Estado e de avanços tecnológicos, entre outros, até chegar na nova morfologia do trabalho.

Na constituição da nova morfologia do trabalho percebem-se mudanças estratégicas por parte do capital, onde o trabalhador passa a realizar a mesma atividade todos os dias, intervindo em determinado objeto de trabalho, fragmentado do processo de transformação e ele aperfeiçoa o método de trabalho devido à repetição. Através da informalidade, da terceirização, o capitalismo diminui salários, desvaloriza a mão de obra e precariza o trabalho. Por meio da retirada de direitos trabalhistas, também faz o desmonte das conquistas feitas pelas lutas da classe trabalhadora. Essas novas modalidades de exploração intensificada do trabalho, combinadas com avanço tecnológico a favor do próprio capital, fazem com que somente os detentores dos meios de produção sejam beneficiados. Sendo assim, essa forma opressora de expropriar a força de trabalho, aprimora-se e atinge a classe trabalhadora na sua totalidade,

desenhando assim uma nova fase do capitalismo no Brasil.

Em se tratando de classe trabalhadora, pode-se afirmar que a nova morfologia do trabalho atinge de forma particular também aos assistentes sociais que são trabalhadores assalariados. Ressalta-se a compreensão da profissão como especialização do trabalho coletivo, dentro da divisão social e técnica do trabalho. Explica-se o objeto de trabalho da profissão que é a questão social, produzida pelo modo de produção capitalista e a importância da profissão. Diante dessa compreensão, e considerando o objetivo deste trabalho, foram escolhidos alguns dados sobre o perfil e de características do trabalho de assistentes sociais, provenientes do CFESS (2005), que buscam responder os objetivos propostos para esta monografia, e através dos quais pode-se perceber um pouco da realidade desta categoria e das suas condições de trabalho na contemporaneidade.

Por meio destes dados foram realizadas reflexões acerca da igualdade de gênero entre homens e mulheres no trabalho, sobre a religião destes entrevistados, a formação destes profissionais, a natureza da instituição do vínculo empregatício, a carga horária de trabalho, salário e os desafios e possibilidades encontrados. A partir dos dados, identifica-se que 97% dos/as Assistentes Sociais no Brasil são mulheres e apenas 3% de homens, ou seja, o perfil majoritário é de mulheres. Porém existe uma desigualdade de gênero que perpassa o trabalho, numa sociedade marcada por padrões machistas e patriarcais, tornando o trabalho da mulher em condições subalternas ao trabalho dos homens no que tange à remuneração desigual entre ambos os sexos.

Observa-se que a respeito da religião, existe uma diversidade, mas que a maioria com 67,65%, dos/as entrevistados/as são católicos, remetendo a tendência histórica da profissão de vinculação religiosa que pode implicar na leitura da realidade e intervenção moralizadora na questão social. Para que essa não se reproduza, é necessário ancorar-se nos princípios éticos da profissão e nos fundamentos teórico-metodológicos de matriz crítica, necessitando, de uma formação de qualidade para isso. No que tange aos dados da formação dos profissionais Assistentes Sociais, nota-se que a maioria 55,34% tem acesso somente à graduação, infere-se que um dos motivos seja em decorrência do trabalho, que resulta em uma jornada dupla e devido ao salário, que mal é suficiente para pagar as contas das diárias. A natureza de maior vínculo empregatício dos/das Assistentes Sociais mostra que 78,16% atuam em instituições de natureza pública. Trabalhando predominantemente na formulação e execução das políticas sociais, porém, vale lembrar que o modo de produção capitalista vem se transformando e que o terceiro setor vem avançando, substituindo algumas vagas que seriam preenchidas por funcionários públicos, descaracterizando também o papel do Estado e das políticas públicas, tornando

precária a proteção desses/as trabalhadores/as e seus salários.

A carga horária de trabalho predominante dos profissionais é 50,70% na jornada de 40 horas semanais e em segundo lugar com 28,65% de 30 horas. Ressalta-se o avanço conquistado pela Lei 12.317, que estabeleceu a jornada de trabalho para os/as Assistentes Sociais em 30 horas semanais sem redução salarial, mas identifica-se que a categoria enfrenta várias dificuldades para sua implementação e efetivação. O último dado apresentado traz sobre a renda total na área de Serviço Social, demonstrando que 45,19% dos profissionais (na época da pesquisa) ganhavam em torno de R\$ 960,00 reais à R\$ 1.440,00, deixando evidente a precarização do trabalho e precarização salarial de Assistentes Sociais, que do ano de 2004 até este momento, tem se intensificado, como observamos no decorrer desta monografia.

Portanto, apreendeu-se, por meio desta produção que a flexibilização/precarização do trabalho também atinge o trabalho do/a Assistente Social, e traz incidências nos diferentes espaços institucionais, pela insegurança do emprego, precárias formas de contratação, intensificação do trabalho, desvalorização dos salários, pressão pelo aumento de produtividade, entre outros.

A profissão é desafiada pela necessidade de construir mediações políticas e ideológicas, expressas por ações de resistência e de alianças estratégicas em espaços institucionais. Também de manter-se atenta para não cair em discursos conservadores, e não se deixar alienar no fazer profissional, buscando qualificação e espaços de reflexão, diante desses e tantos outros desafios apresentados. Porém também traz formas de resistência, como utilizar sempre o projeto Ético-Político como uma bússola para enfrentar os desafios postos pela realidade, buscar desenvolver práticas cotidianas de contestação e resistência, dentro dos espaços institucionais onde atuamos profissionalmente, na busca pelo fortalecimento dos interesses e projetos de superação da condição subalterna, entre outros.

Por fim, considera-se que o objetivo desta produção não é findar a discussão, mas sim, suscitar indagações que possam ser aprofundadas. Entender-se como classe trabalhadora é fundamental para a projeção de lutas para assegurar condições de trabalho adequadas, não só ao Serviço Social, mas a todos/as trabalhadores/as, ou seja, é necessário se unir para que possa fazer o enfrentamento ao modo de produção capitalista.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Crise estrutural do capital, maquinofatura e precarização do trabalho – a questão social no século XXI**. Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 235 - 248, jul./dez. 2013.

AMARAL, George. **A categoria trabalho em Marx: Alguns apontamentos sobre sua centralidade ontológica**. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2014/viseminariointernacionalteoriapoliticadosocialismo/a_categoria_georgea.pdf> Acesso em: 19 de agosto de 2020.

ANTUNES, Ricardo. **Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil. Universidade Estadual de Campinas**. Campinas/SP, maio/agosto, 2014.

BARROCO, Maria. **Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011.

BATISTA, Alfredo. **Processos de trabalho, da manufatura à maquinaria moderna. Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 118, p. 209-238, abr./jun. 2014.

BATISTA, Erika. **Fordismo, taylorismo e toyotismo: apontamentos sobre suas rupturas e continuidades**. Disponível em: http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/erika_batista.pdf Acesso em: Novembro de 2020.

BENEVIDES, Geis. **Trabalho profissional e gestão no Serviço Social: Subsídios teóricos para compreensão da gestão como atividade inerente ao trabalho do assistente social. Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Espírito Santo. 2018.

BOSCHETTI, Ivanete. **Agudização da barbárie e desafios ao Serviço Social. Serv.Soc.Soc**, São Paulo, n. 128 p 54-71. Jan/Abril. 2017.

BRASIL. **Lei nº 13.467**, de 13 de julho de 2017. **Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm. Acesso em: 13 dez. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.317**, de 26 de agosto de 2010. **Acrescenta dispositivo à Lei no 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/L12317.htm. Acesso em: 13 dez. 2020.

_____. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 10 ed. Brasília: CFESS, 2012. Disponível em: <http://www.cress-ba.org.br/ckfinder/userfiles/files/CODIGO%20DE%20ETICA.pdf>. Acesso em: 14 de dez. de 2020.

CARDOSO, Priscila. **80 anos de formação em Serviço Social: uma trajetória de ruptura com o conservadorismo. Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 127, p. 430-455, set./dez. 2016.

CFESS, **Conselho Federal de Serviço Social**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/o-cfess>. Acesso em: 23 de nov. de 2020.

CFESS. **Assistentes Sociais no Brasil: Elementos para o estudo do perfil profissional** / Organizado pelo Conselho Federal de Serviço Social; Colaboradores Rosa Prêdes... [et al.]. – Brasília, 2005.

DUARTE, Janaína. Resistência e formação no Serviço Social: ação política das entidades organizativas. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 134, p. 161-178, jan./abr. 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IAMAMOTO, Marilda. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 128, p. 13-38, jan./abr. 2017.

IAMAMOTO, Marilda. A questão Social no capitalismo. P. 9-31. **Temporalis** . Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS. Ano 2, n.3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001, 88 p. 1 Questão Social.

IAMAMOTO, Marilda. O Brasil das desigualdades: “questão social”, trabalho e relações sociais. **SER social**, Brasília, v.15, n. 33, p261-384, jul. / dez. 2013.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e formação Profissional**. 7. ed. - São Paulo, Cortez, 2004.

IAMAMOTO, Marilda. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social**. [2011]. Disponível em: < https://www.unifesp.br/campus/san7/images/servico-social/Texto_introdutorio_Marilda_Iamamoto.pdf > Acesso em: 23 de nov. 2020.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. 28º Ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

LIPI, Mc. **Gratidão. São Paulo**. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ostOEK6eK4U>. Acesso em: 11 dez. 2020

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política. Livro I**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl. **O capital: Crítica da economia política: Livro I: O processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Expressão popular, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2009.

MONTAÑO, Carlos.; Maria, DURIGUETTO. **Estado, classe e movimento social**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2010

NETTO, José. Crise do capital e consequências societárias. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 111, p. 413-429, jul./set. 2012

NETTO, José; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. Editora Cortez. São Paulo. 2006.

PEREIRA, Ricardo. A reforma trabalhista e seu impacto sobre a igualdade e a democracia no trabalho. V.21 n.41: **Revista da Faculdade Mineira de Direito** - PUC Minas, 2018.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serv. Soc. Soc.** São Paulo, n.107, p.420-437, Jul/Set. 2011.

WERKEMA, Rafael. Direito se conquista: 10 anos da Lei das 30 horas. **CFESS**. 26 de agosto de 2020. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1747>>. Acesso em: 12 dez. 2020.

YAZBEK, Carmelita. **Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade**, 2001.

YAZBEK, Maria. A dimensão política do trabalho do trabalho do assistente social. **Serv.Soc.Soc.**, São Paulo, n. 120 p. 677-693. Out/Dez. 2014.